



NORDESTE: ESTIAGEM DE DEMOCRACIA

RENATO ROSSENO

A imprensa nacional foi tomada nas últimas semanas pelas notícias da seca no Nordeste, com a perda quase absoluta da produção agrícola em função da falta de chuvas e as imagens de saques a armazéns, bloqueios de estrada e invasão de cidades. Os governos federal e estaduais tentam reprimir os movimentos sociais, pelos saques, acusando setores progressistas da sociedade de utilização eleitoreira da “miséria do povo nordestino”.

Sem dúvida, a população está desesperada. Com a perda da produção agrícola, cuja média ultrapassa 70%, a fome e as doenças são certas. No entanto, a natureza não a única é responsável pela fome de milhões de pessoas no semi-árido do Nordeste.

A SECA: FENÔMENO RECORRENTE

A seca é um problema antigo na região. No Ceará, as primeiras tentativas de colonização no século XVII sossobraram em função da falta de chuvas; desde então, a seca é motivo de preocupação. Não é, portanto, novidade a irregularidade das chuvas no semi-árido. Atualmente, os cientistas conseguiram prever a atual estiagem com oito meses de antecedência; o Governo federal e os Governos Estaduais sabiam que ela ocorreria e seria grave. Mais ainda, os efeitos da seca são multiplicados pela degra-

dação ambiental provocada pelas práticas agrícolas inadequadas. Uma visão imediatista de desenvolvimento concentrou esforços e recursos na expansão da pecuária extensiva ou na implantação de projetos de irrigação que não obedeceram à avaliação de impacto ambiental, o que acabou por aumentar a área passível de desertificação no Nordeste, dificultando a convivência do ser humano com a estiagem.

Também não é novidade a forma como a seca é tratada pelos governos, que sempre responsabilizam a natureza pela miséria que ela ocasiona. Há uma carência hídrica no Nordeste do Brasil, mas em regiões da Austrália, Israel ou Estados Unidos onde a pluviometria é menor que a nossa, a aplicação de tecnologias adequadas permitem que as populações não sejam colocadas no limite da humilhação e do sofrimento. A seca atinge a todos, tanto o grande produtor e latifundiário, quanto o pequeno produtor ou trabalhador sem terra, mas quem sofre mais são os despossuídos.

É assim que se repete a secular sina do sertanejo. É a permanente volta ao passado que nos assombra quando chegamos ao século XXI. A seca vem e, de novo, milhões de pessoas são privadas do mínimo de dignidade. Vêm seus filhos chorando, seu trabalho e sua produção virarem pó. As alternativas são: ou a fuga para outra região ou o alistamento em frentes de serviço.

Há anos tem sido assim. Um contingen-

te considerável migra para fazendas no Centro-Oeste e Sudeste, principalmente para o Norte paulista, onde são em parte absorvidos pelo corte da cana; outra parcela se dirige aos centros urbanos, onde engrossa a já enorme legião de subempregados ou desempregados das periferias das metrópoles. Aos que ficam restam as frentes de serviço, que alistam uma pessoa de cada família que será remunerada em, no máximo, um salário mínimo. Vale lembrar que as vagas nas frentes de serviço não são nem próximas do desejável.

CONTINUA NA PAG. 3



A PILHAGEM DO MUNDO

Noam Chomsky, Francisco Louçã, Denis Horman e Alan Freeman mostram como a OMC e o proposto Acordo Multilateral de Investimentos (AMI) entregam os povos do planeta às garras dos predadores que controlam o mercado mundial.

PÁGINAS 8 A 11 E 16

A RESPONSABILIDADE DO PT

PT está sendo chamado a apresentar uma alternativa e uma esperança de melhoria para a sociedade brasileira. Quando as consequências regressivas da política de FHC e das classes dominantes aderidas ao neoliberalismo se tornam visíveis para amplas parcelas da população, a chapa Lula/Brizola tem não só que catalizar o descontentamento social, mas também propor outro rumo para a nação, reorganizando-a do ponto de vista dos “de baixo”: os trabalhadores, os setores populares, o conjunto dos excluídos.

Como em 1989, podemos transformar as eleições de 3 de outubro em um momento-chave da disputa de rumos do país. Mas a situação hoje é muito mais grave: a crise social é mais profunda, a dependência e externa mais acentuada e o ceticismo popular maior. Isso exige de nós não mais moderação — como se isso apaziguasse os capitais especulativos atraídos ao país pelas taxas de juros astronômicas de FHC —, porém mais contundência.

Conquistaremos a adesão da maioria se mostrarmos como, no governo, poderemos efetivamente melhorar as condições de vida das amplas massas — em termos de salários, condições de trabalho, geração de renda e empregos, garantia de direitos sociais e políticos. Isso gera intranquilidade naqueles que, no país e no exterior, lucram com a exploração e a miséria de dezenas de milhões de brasileiros; nada poderá eliminar o temor que a extensão da cidadania infunde aos donos do poder. Mas, com um discurso claro, poderemos ganhar; de outro lado, a adesão consciente desses muitos milhões de explorados e excluídos, estabelecendo os alicerces de outro regime social e político.

A democratização da renda e da propriedade, pois é disso que temos que falar, só são possíveis, porém, com a democratização do poder e o estabelecimento da soberania nacional — com a realização de uma revolução democrática, como afirmávamos em nosso programa de 1994.

Podemos firmar as bases para a mudança do país, para outro regime social e político. Não apresentando garantias ilusórias às classes dominantes, mas afirmando um compromisso inquebrantável com as majorias que se tornem conscientes de sua condição e de seus interesses.

Podemos conquistar o governo e aplicar nosso programa de transformações do país. Despertando uma esperança renovada dos explorados e oprimidos em um projeto solidário e autônomo de nação, alicerçado na sua participação política.

JOSÉ CORRÊA LEITE É EDITOR DO EM TEMPO.

NESTA EDIÇÃO

CARLOS HENRIQUE ÁRABE E JOSÉ CORRÊA LEITE ANALISAM A SITUAÇÃO DA CAMPANHA LULA E O ENCONTRO NACIONAL DO PT

PÁGINAS 5 A 7

MICHAEL LÖWY COMENTA A APOSTA MELANCÓLICA, OBRA DE DANIEL BENSARD QUE DISCUTE O CARÁTER DA POLÍTICA REVOLUCIONÁRIA

PÁGINA 13

A CRISE INDONÉSIA

Sob a pressão de uma crise aberta do regime, o general Suharto retirou-se oficialmente do poder no dia 21 de maio, depois de governar por 32 anos. Mas deixa em seu lugar, "constitucionalmente", seu "filho espiritual", Jusuf Habibie, seu vice-presidente. O exército controla militarmente o centro da capital, Djakarta, reprimindo toda manifestação de massa. Os saques e a repressão às manifestações de protesto contra Suharto provocaram, segundo organizações de direitos humanos, quase 1200 mortos. O novo presidente promete eleições para antes do final do seu mandato, em 2003, e propõe eliminar as leis eleitorais em vigor, mas sem precisar nada. Os governantes próximos da família Suharto foram demitidos de seus postos, mas preservam o fundamental de seu poder econômico. Os prisioneiros políticos deverão ser libertados, mas de maneira "seletiva".

O regime que governa um país com mais de 200 milhões de habitantes tenta se reformar para evitar ser derrubado, apoiando-se nos militares e no novo homem forte, o general Wiranto, ministro da defesa e comandante em chefe das forças armadas. Ele conta com a fraqueza socio-política da oposição moderada e com a juventude da oposição radical para preservar esta capacidade de iniciativa e assegurar uma razoável margem de manobra. E beneficia-se, também, do apoio ativo dos Estados Unidos, interessados em fechar a brecha aberta na região.

Mas a crise não deve ser facilmente superada. Os Suhartos não abandonarão o cenário voluntariamente, em nome dos interesses coletivos do clã. Uma ditadura familiar de 32 anos, que produz um vazio político ao seu redor, não se reforma tranquilamente. E o colapso econômico e social são de mais difícil superação na medida que a dívida privada das empresas e dos bancos é considerável. O FMI mantém sua pressão, exigindo um novo plano de austeridade e apenas oferecendo empréstimos bem inferiores aqueles necessários para rolar a dívida total do país. A crise indonésia provavelmente será duradoura.

Pierre Rousset

BISPO ASSASSINADO

O bispo auxiliar da Guatemala, Juan José Gerardi foi assassinado no dia 26 de abril. Dois dias antes, tinha divulgado um relatório intitulado "Nunca Mais", sobre as violações dos direitos humanos no período da guerra civil. Produto de mais de três anos de trabalho, o relatório responsabilizava o exército pela maioria das violações. Suspeita-se que os assassinos sejam ligados ao exército.

Acordo de paz em ponto morto

Tropas israelenses mataram 5 manifestantes durante protestos pelos 50 anos da criação do Estado de Israel. O governo de Binyamin Netanyahu recusa-se a respeitar o acordo assinado por seu antecessor, que cedia o controle de novas parcelas das regiões ocupadas à Autoridade Nacional Palestina dirigida por Iasser Arafat. Graças ao apoio do lobby pro-israelense nos Estados Unidos, ele tem enfrentado a pressão do governo Clinton para cumprir o acordo.

Corrida atômica da fome

O governo nacionalista indiano de Atal Vajpayee desencadeou uma perigosa crise na região ao explodir, nos dias 11 e 13 de maio, cinco bombas atômicas em testes subterrâneos. O governo paquistanês imediatamente respondeu com seis novos testes entre os dias 28 e 30, mostrando que dispõe de bombas para responder à Índia – fundamentalmente graças à colaboração dos chineses, temerosos do fortalecimento da Índia. Os dois países gastam US\$ 13 bilhões por ano em seus orçamentos militares e agora competem também na fabricação de mísseis de meio alcance, capazes de carregar as bombas até as cidades dos países vizinhos. O Irã parabenizou o Paquistão por dispor da "bomba árabe" e uma onda de manifestações nacionalistas percorreu tanto a Índia como o Paquistão depois das explosões.

IRLANDA: VITÓRIA DO SIM

A vitória do "sim" no referendo de 22 de maio foi massiva: 94% na República da Irlanda e 71% nos seis condados do norte (a Irlanda do Norte). Os eleitores responderam sim à questão: "Você apoia o acordo alcançado nas conversas multilaterais sobre a Irlanda do Norte?" Este acordo prevê que a Irlanda do Norte continua sendo parte do Reino Unido, a menos que a maioria da população se pronuncie pela separação (os protestantes ainda são maioria); uma assembleia será eleita e decidirá questões econômicas e sociais; um conselho ministerial atuará nas áreas de interesse comum entre a Irlanda do Norte e a República da Irlanda; um gabinete de 12 membros representará a comunidade irlandesa; e um processo de desarmamento será iniciado, devendo ser concluído em dois anos. Segundo Gerry Adams, dirigente do Sinn Féin (braço político do Exército Republicano Irlandês), ele abre uma nova fase do combate republicano. A libertação dos presos do IRA foi um forte elemento de pressão para o acordo.

Assinado o acordo do Euro

Foi assinado dia 2 de maio o acordo sobre a vigência da moeda única europeia a partir do dia 1º de janeiro de 1999. Vão integrar o euro 11 dos 15 países da União: Alemanha, Áustria, Bélgica, Espanha, Finlândia, França, Holanda, Irlanda, Itália, Luxemburgo e Portugal. Ficam de fora o Reino Unido, a Dinamarca e a Suécia, por decisão própria, e a Grécia, por não ter cumprido as condições de Maastricht.



SINDICALISMO FRACO, MÁQUINAS FORTES

A tese sobre estrutura sindical apresentada pelos sindicatos dos metalúrgicos de Campinas e São José dos Campos ao Congresso Nacional da Confederação cutista desse ramo realizado em junho de 1998 afirma: "Os sindicatos tem perdido espaço nas negociações coletivas. Isso tem fragilizado também sua capacidade de arrecadar fundos junto aos trabalhadores. As formas tradicionais de financiamento estatal do movimento sindical (como o "imposto sindical") estão cada vez mais deslegitimadas. Mas tem surgido novas formas. Sem entrar na discussão sobre a justiça, ou não, dos sindicatos fazerem formação profissional, observamos que os recursos públicos (do Fundo de Amparo ao Trabalhador, FAT) são parte significativa no orçamento da CUT, da Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT (CNM) e de alguns sindicatos... No relatório de despesas/receitas previstas para 1998 a Tesouraria da CUT Nacional informava que dos quase 4 milhões de reais disponíveis para a Secretaria Nacional de Formação (incluindo as Escolas Sindicais), 3 milhões virão do convênio CUT-Secretaria de Formação Profissional (Se-for) do Ministério do Trabalho (MTb)-FAT. E que o total de pouco mais de 10,5 milhões de reais de receita prevista da CUT Nacional como um todo, mais de 3,5 milhões provêm de fundos públicos (FAT, Fundacentro, FINEP). O problema agravou-se recentemente com a iniciativa da Força Sindical, que aproveitando o sucateamento do serviço público de intermediação de mão-de-obra pelos governos Federal e do Estado de São Paulo, apresentou e teve aprovado um projeto que privatiza esse serviço, para o qual essa central vai receber

ano em torno de 8 milhões de reais do FAT... Na aprovação chamou a atenção do voto favorável do representante da CUT (Delúbio Soares de Castro, que também é Secretário Sindical Nacional do PT), que ao mesmo tempo pediu para que o FAT se dispusesse a aprovar outros projetos similares... As conseqüências políticas dessa nova forma de dependência financeira do movimento sindical... são fáceis de imaginar, assim como o quanto isso comprometerá o projeto CUT, que não por acaso tinha entre as razões que levaram à sua fundação em 1983, o combate ao imposto sindical, isto é, à velha forma de dependência financeira dos sindicatos em relação ao Estado."

OS COMPULSÓRIOS SOB ATAQUE

Recente decisão do Tribunal Superior do Trabalho (TST) acatou ação promovida pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), anulando cláusula de desconto assistencial (aquela que é cobrada de todos os trabalhadores, sócios ou não do sindicato. Mas o TST foi mais além e por maioria de votos determinou que as partes cumpram obrigação de nos futuros acordos não incluírem qualquer cláusula de desconto assistencial ou confederativo sob pena de pesada multa. São sinais de que o Judiciário Trabalhista está fechando o cerco sobre os descontos que atingem aos trabalhadores não sindicalizados – que estão entre os mais usados para sustentar os sindicatos. Assim, o Estado nada mais faz do que dar seqüência às pressões dos setores patronais para inviabilizar financeiramente os sindicatos. Mas, tais formas de financiar os sindicatos são heranças do sindicalismo corporativista e não têm legitimidade entre os trabalhadores.

EM TEMPO MINHA OPÇÃO DE ASSINATURA É:

APOIO: 50,00

NORMAL: 30,00

NOME:

ENDEREÇO:

BAIRRO:

CIDADE:

UF:

CEP:

FONE:

Envie juntamente com o cheque nominal a **EDIÇÕES ET LTDA, Rua Brigadeiro Galvão, 138 - Barra Funda - São Paulo - SP - CEP 01151-000** ou faça contato pelo telefone (011) 3666-5550

Os assinantes de apoio recebem junto com o jornal os "Cadernos EMTEMPO". Nesta edição, textos de Jesus Albarracín, Pedro Montes, Maxime Durand e Antoine Artous.

JORNAL **EM TEMPO** É UMA PUBLICAÇÃO DE EDIÇÕES ET LTDA.
RUA BRIGADEIRO GALVÃO, 138 - BARRA FUNDA -
SÃO PAULO/SP - CEP 01151-000 - TEL:(011) 3667-3476 -
FAX: (011) 3666-5550
E-MAIL: EMTEMPO@AX-APC.ORG

JORNALISTA RESPONSÁVEL: CELIA REGINA DE SOUZA (MTb)
18663 DRT/SP) EQUIPE DE EDIÇÃO: JOSÉ CORRÊA LEITE,
CARLOS HENRIQUE ARABE, JOAQUIM SORIANO, ÍTALO
CARDOSO, RITA ARAUJO, CACO BISOL E MÂRCIA H. RAMOS.
TIRAGEM: 5.000 EXEMPLARES.
PERIODICIDADE: MENSAL

Só como exemplo podemos citar que o governo cearense lançou projeto para alistar apenas 20% de trabalhadores no mês de maio, podendo este índice ser elevado para 40% em junho e alcançar o máximo de 70% até dezembro de 1998. Mas o que farão e como viverão as parcelas restantes que não terão outra fonte de renda qualquer durante meses? Além disso, tais frentes serão utilizadas para trabalhos também em propriedades privadas: recursos públicos escassos são direcionados para a melhoria de propriedades rurais particulares. Isso, porém, também não é novidade.

É, portanto, absurda a propaganda dos governos atribuindo a invasão de cidades, o bloqueio de estradas e a ocorrência de saques à manobras eleitorais da esquerda ou de setores nela referenciados. Esta grosseira incriminação de militantes sindicais e de lideranças políticas ou a distorção de informações sobre os saques e manifestações vem de governos autoritários, que não prepararam ações emergenciais mínimas para enfrentar o aumento da fome no Nordeste e só conseguem dialogar com a sociedade pela violência ou pela mentira. E, novamente, isso não é novidade. As populações estão desesperadas e famintas, epidemias como a dengue se alastrando e o governo só consegue ver isso como um obstáculo indesejável à sua reeleição, a ser resolvido com exército e polícia. Mais uma vez é bom lembrar o passado: na seca de 1877-1879, mais de 100 mil pessoas morreram de varíola no Ceará; ou ainda 1918, quando mais de mil remanescentes da famosa "seca do 15" foram obrigados pela polícia a deixar Fortaleza em trens, numa tentativa de "desinfetar" a cidade.

Também não há nada novo na retomada de propostas mirabolantes de combate à seca, cuja viabilidade econômica e sustentabilidade ambiental são, no mínimo, questionáveis, carecendo de melhor estudo e discussão. A construção de grandes açudes, a transposição do Rio São Francisco ou do Tocantins e os projetos de interligação de bacias são colocados como as obras que irão redimir para sempre o nordestino da falta d'água através da implantação de projetos de irrigação. Mas nem toda área agricultável reúne as condições necessárias para a irrigação. No Ceará, por exemplo, as áreas irrigáveis não ultrapassam 10% da área agricultável.

Foi, no melhor estilo "pefelista" de fazer política, que o então candidato Fernando Henrique prometeu a transposição do São Francisco em 1994 e agora volta a fazer a mesma proposta. O projeto de lideranças governistas, na

ESTIAGEM DE DEMOCRACIA



WALTER PINHO

verdade, nasceu na segunda metade do século passado e enfrenta fortes resistências no próprio bloco no poder, por parte da bancada parlamentar da Bahia, a começar do senador Antônio Carlos Magalhães.

DOMINAÇÃO PELA FOME

A soma de seca, desemprego e eleição é uma equação perversa. O clientelismo e a corrupção eleitoral encontram

na miséria seu melhor aliado quando uma cesta de nove quilos de alimentos passa a ser o maior ideal de consumo para uma família inteira.

A seca, para além de ser um fenômeno natural, potencializa e reproduz a estrutura oligárquica secular do Nordeste. Até hoje o poder político é dos que privatizaram a água e a terra, marginalizando o trabalhador rural e o pequeno produtor, degradando grandes áreas cultiváveis pelo manejo inadequado do solo e do desmatamento indiscrimi-

A SECA É UM PROBLEMA RECORRENTE NO NORDESTE. SOMENTE COM OUTRO MODELO DE OCUPAÇÃO DO SOLO E ESTRUTURA DE PROPRIEDADE ELE PODERÁ SER RESOLVIDO

RENATO ROSENO

nado das matas de caatinga. A guerra fiscal em curso só veio aumentar o descaso com a agricultura familiar, concentrando os recursos públicos na indústria e nos centros urbanos, onde o custo para criação de um emprego chega a ser dez vezes maior que na agricultura.

Dos primeiros donatários das capitâneas, passando por senhores de escravos e coronéis, chegando aos representantes da elite industrial dos dias atuais, todos foram legitimados no poder pela fome que geram, a qual só respondem com medidas assistenciais inócuas, e pela utilização clientelista e fisiológica de um estado incapaz de atender as populações mais carentes com políticas públicas de distribuição de poder, renda e conhecimento.

A maior estiagem do Nordeste é a estiagem da democracia, da justiça e da liberdade. Somente com a conquista destas, poderemos imaginar um modelo de sociedade no semi-árido nordestino que incorpore a sustentabilidade ambiental através da aplicação correta de técnicas agrícolas, do compartilhamento justo da terra e da água e do respeito à natureza e aos seus ciclos, possibilitando a convivência de homens e mulheres com a falta de chuvas, sem que sejam submetidos à brutalidade das frentes de serviço ou à indigna distribuição de cestas básicas.

É nesta perspectiva que devem ser formadas nossas redes de solidariedade e de apoio aos atingidos pela seca e àqueles que hoje são perseguidos despoticamente pelo Governo Federal e pelos Governos estaduais. No Ceará, por exemplo, onde houve prisões ilegais, repressão violenta e chegou-se ao cúmulo de funcionários públicos estaduais, inclusive em exercício de mandato parlamentar, terem sido transferidos de suas cidades e indiciados em inquéritos por terem apoiado manifestações de trabalhadores.

Tais atitudes só demonstram a urgência de unirmos forças para reivindicarmos medidas como o aumento imediato dos recursos para as ações emergenciais, a desprivatização da água existente em grandes propriedades rurais e o redirecionamento das frentes de serviço para atividades de recuperação de áreas degradadas e para a alfabetização de adultos. Desta forma, poderemos contribuir para a superação da perversa realidade que nos assombra e nos colocamos como alternativa real para uma sociedade vitimada pela longa estiagem de felicidade que o capitalismo lhe impõe.

RENATO ROSENO É MILITANTE DO PT DE FORTALEZA, CEARÁ

CRESCE O DESGASTE DE FHC

Além da seca no Nordeste, prevista já em setembro do ano passado sem que nenhuma providência tenha sido tomada, o país vem sendo assolado por uma série de problemas sociais e ambientais, que ganharam enorme visibilidade. O governo Fernando Henrique Cardoso adquire cada vez mais uma imagem de inoperância e insensibilidade frente ao sofrimento popular; um desgaste que os partidos políticos de oposição não têm reforçado, mas que vem sendo bem trabalhado pelo Movimento dos Sem Terra.

A crise do sistema de saúde pública é gritante, com o colapso dos serviços em algumas áreas, fraudes, escândalos e falta de fiscalização do sistema privado; a epidemia de dengue aparece como o resul-

tado do sucateamento dos órgãos estatais do setor. A longa greve das universidades federais coloca em foco a decadência do sistema público de ensino e pesquisa. O incêndio de 13% da área florestal do estado de Roraima, em março e abril, ilustra o descaso do governo para com a degradação ambiental. Os resultados da política econômica recessiva provocaram índices recordes de desemprego, que atingiu mais de 1,6 milhões de pessoas somente na grande São Paulo.

Enquanto isso, Fernando Henrique chama de vagabundos os aposentados que se opõem à reforma neoliberal da previdência (sendo que ele próprio recebe, desde 1974, um salário como professor aposentado da Universidade de São Paulo

hoje no valor de R\$ 5.450), qualifica seus críticos de neobobos e atribui ao MST a culpa pelos saques no Nordeste. Movendo-se no mundo das estatísticas, FHC afirma que uma boa gestão macroeconômica não é incompatível com a melhora da situação social". Mas é incapaz de tomar qualquer iniciativa no terreno social. O governo apenas tem olhos para a reeleição, dividindo-se entre zelar pelos interesses (caros) de sua base política e garantir que os investidores internacionais, dos quais depende a estabilidade monetária, não critiquem nenhum eventual aumento dos gastos sociais (e do já enorme déficit público). FHC é prisioneiro de sua política econômica, que cobra um custo exorbitante ao país. A esquerda parece ter as condições favoráveis para fazê-lo pagar por isso; resta saber se será capaz.

José Corrêa

A EXPLOSÃO DA DÍVIDA PÚBLICA

**A DÍVIDA PÚBLICA
ESTÁ FORA DE CONTROLE:
PASSOU DE US\$ 92 BILHÕES,
EM 1994, PARA US\$ 268
BILHÕES EM FINS DE 1997.
ESTA TRAJETÓRIA
ESTÁ SE TORNANDO
INSUSTENTÁVEL**

FÁBIO PEREIRA

Frente ao agravamento da situação do setor externo da economia, especialmente a partir da crise asiática no segundo semestre do ano passado, a discussão sobre os rumos da economia brasileira tem se concentrado nas fragilidades decorrentes da dependência de capitais externos. A âncora cambial do Real engessa a política econômica e articula o conjunto das limitações impostas a um crescimento econômico condizente com as necessidades do país. Como expressão da crescente dependência a dívida externa brasileira aumentou, entre 93 e 97, em US\$ 50 bilhões e foram pagos mais de US\$ 14 bilhões em juros em 1997.

ENORME CRESCIMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA

Mas a política econômica colocada em prática desde abril de 1993, quando Fernando Henrique foi nomeado ministro da fazenda por Itamar Franco, já produziu também o acréscimo de mais de US\$ 80 bilhões na dívida líquida do setor público, que inclui a União, Estados e Municípios. Se trabalharmos com a noção de custo da política econômica que levou à estabilização monetária, ela deve considerar ainda que, nesse período, foram vendidas empresas e concessões do setor público que representam quase US\$ 40 bilhões, entre privatizações e "vendas de mercado" como foi o caso das concessões da banda B da telefonia celular. Ou seja, o Estado brasileiro pagou um custo aproximado de US\$ 120 bilhões pela política econômica que o tucanato vem impondo ao país.

O brutal crescimento da dívida não tem seu determinante principal, entretanto, em uma suposta tendência intrínseca do estado a gastar mais do que arrecada. As restrições da política fiscal, em geral, e a contenção dos gastos federais e estaduais com pessoal, em particular, não tem conduzido o país à situação de equilíbrio que os neoliberais sempre disseram ser imprescindível ao fim da inflação. De um déficit operacional (que inclui os juros pagos pelos governos) próximo de zero em 1994, passou-se a um déficit de cerca de 6,5% do PIB em 1997. O que é decisivo nessa conta não é o fato do governo gastar mais do que arrecada; no conjunto desses anos, o governo teve um superávit primário (receitas maiores que despesas, excluídos os juros) médio de quase 1%. O decisivo para a acumulação da dívida, apesar do aumento da arrecadação

e da contenção das despesas, tem sido os juros que o governo paga sobre os títulos públicos.

FATORES DE CRESCIMENTO

A dívida mobiliária (em títulos públicos) passou de R\$ 92,5 bilhões, no final de 1994, para R\$ 268,2 bilhões no final de 1997. Quatro fatores têm, após o Plano Real, provocado o enorme rombo nas contas públicas.

O primeiro deles é o custo da acumulação das reservas cambiais. Os dólares que entram no país são obrigatoriamente convertidos em reais e o governo é obrigado a emitir títulos públicos para não permitir que a base monetária se expanda. Como a taxa de juros real que o governo pagou nos últimos anos foi, em média, de 22,12% e a taxa real de juros nos Estados Unidos tem oscilado em torno de 3%, não é difícil perceber o impacto do diferencial de 19% ao ano sobre um estoque médio de reservas de US\$ 50 bilhões. Um cálculo simples, o custo da acumulação de reservas cambiais no período foi de US\$ 9,5 bilhões.

O segundo elemento que tem pressionado o aumento da dívida mobiliária é o custo da reestruturação do sistema bancário, em especial do Proer. Nesse caso, além do diferencial de juros entre o que o governo paga para colocar os títulos públicos e os juros de 12% reais ao ano que ele cobra dos bancos no âmbito do Proer (um diferencial de 10% ao ano), o governo recebe garantias que uma vez executadas não conseguem cobrir os empréstimos recebidos e assume também um conjunto de créditos duvidosos (ou podres) que certamente significam maior acúmulo de prejuízo para o Banco Central e, conseqüentemente, acabam se incorporando à dívida pública (ver *Em Tempo* n° 294). Como os dados sobre os empréstimos do Proer não são transparentes, é impossível calcular exatamente o seu custo, mas fontes do próprio governo admitem um custo superior a US\$ 10 bilhões até o final do programa.

O terceiro e mais fundamental elemento para a expansão da dívida pública, que explica o quadro atual das finanças públicas, é a taxa de juros mantida nesse período. A adoção de uma taxa de juros que esteve entre as mais altas do mundo durante todo esse período é a contrapartida necessária à estabilização baseada na âncora cambial e, mais do que isso, à sobrevalorização experimentada pelo Real. Ela se explica pela necessidade cada vez maior de atrair capital estrangeiro para financiar os déficits em conta corrente que se avolumaram e para possibilitar a acumulação das reservas que tentam garantir credibilidade à estratégia macroeconômica do governo nos mercados internacionais, para que eles continuem financiando o déficit comercial e de serviços do Brasil.

O último fator de agravamento da



KURT SELCHMANN, CAHNE OF CHANCE N.º 1, 1998

situação é a evolução do endividamento externo do país. O argumento de que isso não é preocupante para o país porque é um endividamento privado e porque o país possui grandes reservas internacionais não resiste a uma análise que relaciona o endividamento público aos constrangimentos externos impostos pela atual política econômica. Se a dívida externa líquida cresceu pouco, a dívida bruta cresceu US\$ 50 bilhões entre 1993 e 1997 e já atinge quase US\$ 200 bilhões. Os juros brutos pagos pelo país sobre essa dívida atingiram US\$ 14,39 bilhões em 1997 e todos os indicadores que relacionam o estoque da dívida externa e os juros pagos com as exportações apresentam deterioração se compararmos 1993 com 1997. Esse quadro em seu conjunto acentua a dependência do país em relação aos capitais especulativos internacionais, dificultando a redução da taxa de juros e/ou a correção da política cambial.

TRAJETÓRIA INSUSTENTÁVEL

Mesmo os defensores oficiais e oficiais da política do governo reconhecem que o aumento da dívida pública interna é um problema preocupante e são obrigados a admitir que a trajetória de crescimento dessa dívida é insustentável a médio prazo. Em primeiro lugar porque o patrimônio público "privatizável", embora ainda imenso (ver *Em Tempo* n° 300) não dura para sempre e, após as privatizações do sistema Telebrás e das empresas energéticas, tende a produzir valores menores (a não ser que a Petrobrás seja incluída entre as empresas a serem vendidas). As concessões de telefonia, que produziram mais de US\$ 8,0 bilhões em receitas, se esgo-

taram. Em segundo lugar, o estoque líquido da dívida sobre o qual incidem os juros, que era de 24% do PIB no início do programa de estabilização, já chega a mais de 35% do PIB (US\$ 300 bilhões) e a dívida bruta está em torno de 45% do PIB. Ou seja, em 1998 o governo deve gastar em juros um percentual do PIB muito maior do que gastou nos últimos anos. Em terceiro lugar, a taxa média de juros durante esse ano deve ficar, na melhor das hipóteses, em 20%, frente aos 16,5% de 1997. Além disso, essa taxa maior vai incidir sobre um estoque maior da dívida mobiliária, entre outras razões porque o estoque de reservas, após uma queda expressiva durante o auge da crise asiática, cresceu para mais de US\$ 70 bilhões, com a conseqüente ampliação da emissão de títulos públicos pelo Banco Central.

Mas a trajetória insustentável não é apenas do endividamento público. É o conjunto da política econômica que, apoiada sobre a frágil atração de capital externo especulativo e sobre a venda dos principais ativos públicos, amarrou o país a uma lógica que impede o crescimento econômico, amplia o desemprego e joga o país em uma crise social de grandes proporções. O desafio da esquerda é apresentar uma alternativa que vá além da simples correção dos "excessos" da atual política. O rompimento com a lógica que combina âncora cambial e juros altos (com todas as suas conseqüências) só é possível para a esquerda dentro de um novo modelo de desenvolvimento que tenha no seu centro o atendimento das necessidades básicas dos trabalhadores e do conjunto dos excluídos.

FÁBIO PEREIRA É MEMBRO DO
DIRETÓRIO REGIONAL DO PT/SP

A CAMPANHA LULA NO MOMENTO DECISIVO

O DESGASTE DO GOVERNO FHC PROVOCA O AVANÇO DE LULA NAS PESQUISAS E CRIA A POSSIBILIDADE DE UMA CAMPANHA FORTEMENTE POLARIZADA.

A ORIENTAÇÃO DA CAMPANHA TORNA-SE AINDA MAIS DECISIVA

JOSÉ CORRÊA LEITE

1 O agravamento da crise social e o impacto político da ação do MST provocaram um importante desgaste do governo Fernando Henrique Cardoso. Ampliou-se, e muito, o espaço político da esquerda no país. Mas sua tradução em um deslocamento eleitoral estável ainda é um processo a ser construído. A candidatura Lula só será a depositária de um deslocamento político se afirmar-se com um claro perfil de esquerda. Sem isso, crescimentos em pesquisas de intenção de votos são como castelo de cartas, que podem desmoronar perante a menor brisa. Por mais desgastado que esteja o atual governo, ele não deve ser subestimado, tendo demonstrado no passado grande capacidade de iniciativa. Além disso, a atual direção política da burguesia brasileira ainda não mobilizou os enormes recursos de que dispõe na luta contra nós.

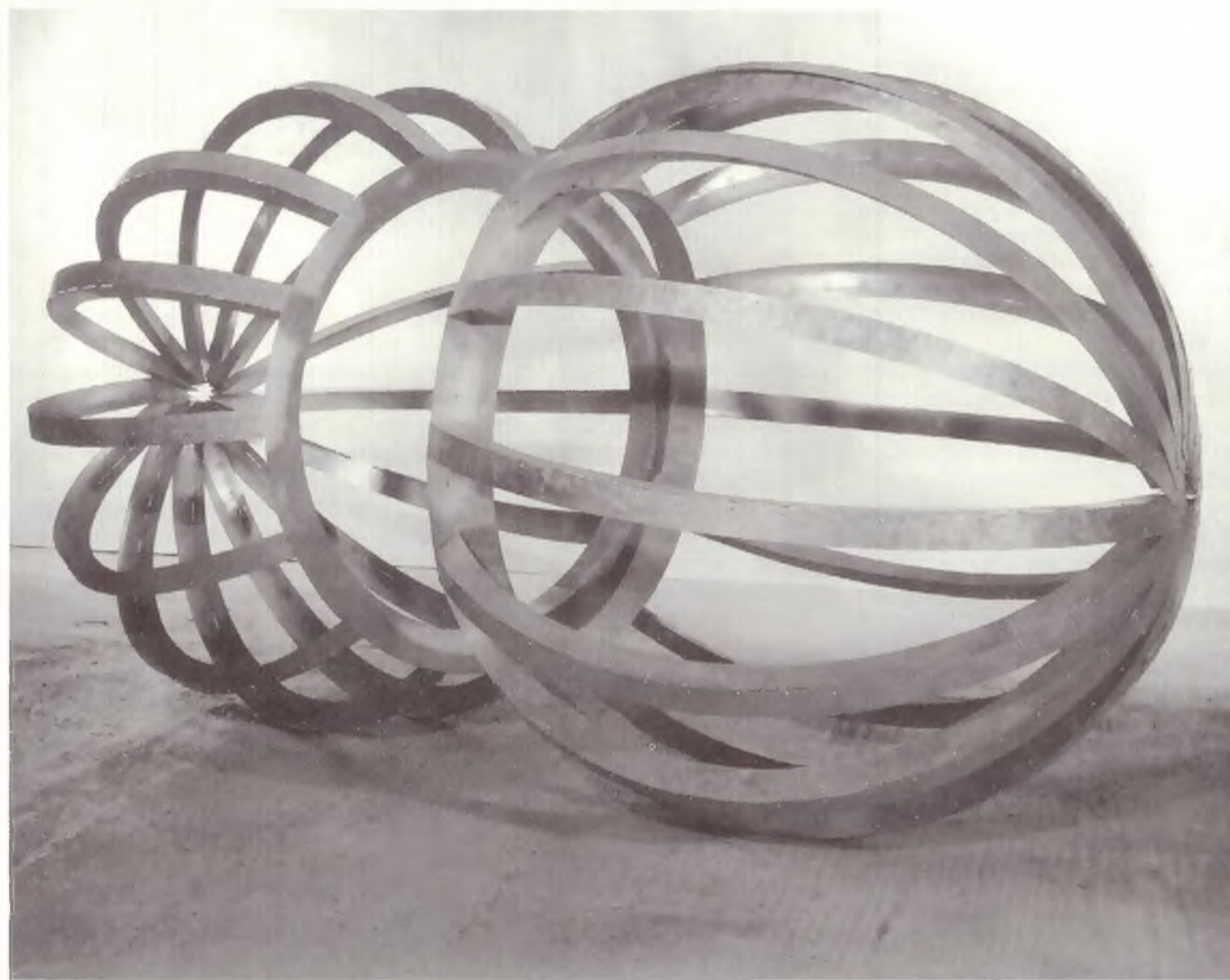
2. Lula tem uma história totalmente associada às lutas populares. Ele não é nem será confiável para as classes dominantes. Mesmo na hipótese de um agravamento muito grande da crise do governo (por exemplo, por turbulências nas finanças internacionais), a opção da burguesia seria antes Ciro Gomes, um candidato muito mais adequado para uma reforma no projeto neoliberal e muito mais confiável para as elites do que Collor era em 1989, quando foi o depositário do seu temor de uma vitória de Lula. Apostar no deslocamento do apoio de um setor significativo da burguesia para Lula é, assim, ignorar o caráter dos agentes em ação na cena política atual.

3. Uma política de esquerda se define nos enfrentamentos políticos e sociais. Só podemos derrotar uma burguesia muito unificada em torno do governo FHC se aliarmos um programa de mudanças radicais no país a um amplo movimento de forças populares em luta contra o bloco no poder, rechaçando ativamente seu projeto político. A candidatura Lula só será portadora de um outro projeto de nação associada a esse movimento. A profundidade da crise social está mostrando que existem, se superadas as ilusões na “centro-esquerda” e reunificado o Partido dos Trabalhadores na condução de sua intervenção política, condições para viabilizar esta orientação de campanha.

4. A disputa eleitoral está catalisando as conquistas e os problemas que o partido acumulou, nos diferentes planos, ao longo dos anos 90. Por um lado, o PT permanece como a grande referência de luta e de resistência às políticas anti-populares. O prestígio de Lula é a expressão condensada na memória popular da presença da esquerda nas mobilizações da sociedade brasileira. Face aos impasses atuais do neoliberalismo, esta referência é recuperada, o PT volta a crescer. De outro lado, os problemas políticos-organizativos que o partido vem conhecendo – expressando-se na enorme

insuficiência programática e na crise da democracia partidária – funcionam como elementos que empurram na direção contrária. O rumo da campanha Lula, com o enorme potencial que apresenta, também catalisa os problemas de orientação política com os quais o PT vem se debatendo há vários anos.

al direção desde 1992, tem sido derrotada pelos fatos e no debate político interno. Foi assim frente ao PSDB e ao governo Itamar (que produziram a candidatura de FHC) e no 8.º Encontro Nacional (onde se constituiu uma maioria na direção, ainda que provisória, de esquerda); foi assim também frente à pro-



RICHARD DEACON, TINA CANAL, 1998

5. Tanto a atual maioria do DN como Lula têm procurado evitar qualquer definição programática mais clara. O PT como coletivo entra nesta campanha incomparavelmente mais desarmado do ponto de vista do programa de governo do que em 1989 e 1994. Embora em mobilizações de massa e frente a alguns temas importantes, Lula desenvolva um discurso mais radical, toda vez que tem sido chamado a sistematizar suas propostas, tanto ele quanto seus assessores procuram apresentar propostas moderadas, dando a entender que comporiam um programa de centro-esquerda. Esta é, porém, uma orientação formulada à luz de um diagnóstico equivocada da situação e das opções colocadas para a luta popular e a nação. A feição ambígua com que Lula está se apresentando na campanha tende a limitar as possibilidades políticas e eleitorais quando a campanha esquentar, além de dificultar a construção de uma alternativa estratégica para a sociedade brasileira.

6. A política da centro-esquerda, acalentada por Lula e pela maioria da atu-

posta fracassada de “unidade das oposições” (com a candidatura de Ciro Gomes sendo lançada) e no 11.º Encontro Nacional (que, na prática, lançou a candidatura de Lula). A inviabilidade política deste projeto mergulhou a maioria da direção do PT num quadro de vacilações e negociações de cúpula durante um período que presenciou o agravamento da situação social, depois da crise “mexicana”, e a retomada das mobilizações sociais, cujo ponto de virada mais significativo foi a iniciativa do MST da marcha à Brasília em abril de 1997. A campanha Lula poderia estar hoje em uma situação muito mais favorável.

7. Pela política da centro-esquerda, a candidatura Lula teria idealmente o apoio de importantes setores burgueses deslocados por FHC: segmentos do PMDB e dissidentes do PSDB. Nesta equação – onde Lula surge na colocação de alguns dirigentes da atual maioria como o Tony Blair brasileiro – o programa deve, necessariamente, ser diluído e comportar vários desdobramentos políticos pactados e aceitáveis. Ciro Gomes era visto, por alguns, como o candida-

to ideal a vice de Lula. Outros chegavam a afirmar que Lula não era o candidato ideal para representar a frente de centro-esquerda. Esta aliança não se viabilizou, não só pela oposição da esquerda petista mas porque sempre foi uma ilusão, que carecia de base na realidade. Os setores burgueses mais significativos derrotados na implantação do neoliberalismo não querem ou não podem confrontar FHC. E Ciro Gomes, que lançou sua candidatura à presidência pelo PPS, teria, muito mais do que Lula, o perfil para amalgamar o apoio de dissidências burguesas – Lula é e sempre será, aos olhos mesmo da burguesia mais progressista, muito identificado com as lutas populares e, portanto, não confiável para as classes dominantes. Mas nem Lula nem a maioria da direção do PT parecem ter efetuado uma avaliação mais crítica da inviabilidade do projeto que defendiam ou procurado definir outro rumo político. Continuamos assistindo a manutenção de um discurso ambíguo e a diluição do papel do PT.

CONTINUA NA PÁGINA 6



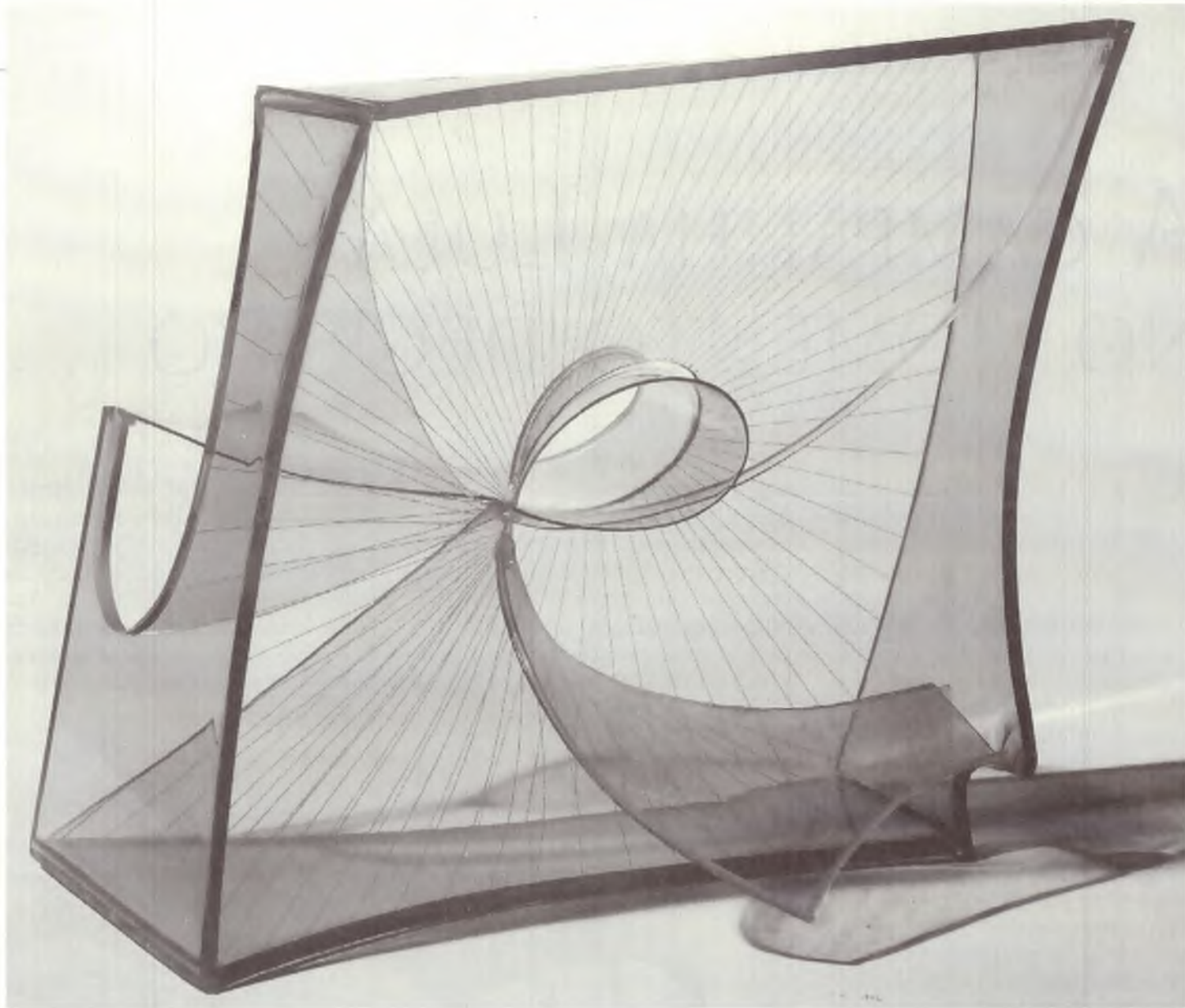
8

No período que antecedeu ao Encontro Extraordinário, a questão das alianças continuou sendo colocada como proble-

ma, mas agora onde nunca tinha se aparecido como um problema, na relação com o PDT e o PSB, nossos tradicionais aliados de esquerda. O problema surgiu a partir de uma questão em princípio secundária para o quadro nacional, a política para o estado do Rio de Janeiro. Existia um amplo acordo no PT em torno da necessidade e da importância da coligação com o PDT e o PSB e da importância de Brizola ser o candidato a vice da Frente. O Encontro acabou centrando-se numa discussão falsa e despolitizada, em que a aliança nacional de esquerda era necessariamente articulada à alianças regionais em estados onde teríamos interesse em lançar candidatos próprios à governador ou era incorreto coligarmos com estes partidos. Assim, as possibilidades de avanços na construção do partido em estados importantes como o Rio de Janeiro e Pernambuco foram sacrificadas em nome da unidade em torno da frente nacional, sem que a Lula e a maioria da direção nem mesmo se pressionassem os partidos coligados na defesa dos interesses do PT nestes estados. Isso impediu que o Encontro Extraordinário debatesse nossos verdadeiros desafios políticos: como organizar e a partir de que orientação conduzir a campanha Lula e as disputas estaduais. Deixou também em aberto espaço para aproximações com figuras como Itamar em Minas e Requião no Paraná. Mas o debate sobre estratégia que o partido vem travando tende, agora, a retornar com toda intensidade em torno da questão de como conduzir a campanha presidencial.

9. Matéria da revista *Época* menciona uma colocação de Lula em que ele afirma: "Sozinho, tenho 25% dos votos no país. Se o PT me der mais 5%, vou ao segundo turno. De lá, venço". Esta forma de raciocinar é muito difundida no PT, que frequentemente vê as disputas eleitorais com base em apenas dois aspectos centrais: as alianças e o potencial eleitoral expresso por pesquisas de intenções de votos. O complexo processo de construção de hegemonia da esquerda na sociedade e na arena política é, na prática, reduzido à exposição na mídia e ao fator "alianças". Não há um diagnóstico das relações de forças e capacidade de iniciativa política entre as classes, cálculos e objetivos para todos os cenários ou medidas para promover deslocamentos da adesão política (e não apenas eleitoral) de amplas massas — em síntese, desaparece a estratégia global de transformação da sociedade em função dos interesses sociais que um partido representa. Não é essa a percepção da burguesia brasileira. Foi exatamente uma estratégia de aplicação do projeto neoliberal que orientou Fernando Henrique em 1994. Então, boa parte do PT trabalhava o prestígio eleitoral de Lula como o fator praticamente único em jogo. Se este capital político acumulado pelo PT já se mostrava insuficiente em 1994, o é muito mais agora, depois que a classe dominante aprendeu a travar este tipo de confronto.

10. Só podemos disputar o jogo político real, aquele que tem por base a luta de classes, se formos capazes de incidir sobre disputas centrais da sociedade e



NAUM CANO, CONTRUÇÃO EM BANCAL, 1989

não apenas apresentar peças publicitárias na televisão. É o caso hoje, por exemplo, do posicionamento frente à seca no Nordeste, ao desemprego, ao desmonte da educação e da saúde, às privatizações, como eixos em torno dos quais podemos organizar deslocamentos do posicionamento político de amplos setores sociais. Mas para isso temos, de um lado, que ter diretrizes programáticas claras e instrumentos de intervenção que nos possibilitem lutarmos por sua efetivação. Não dispomos, como a classe dominante, do controle do aparelho de Estado. Nossa ação política se faz através da organização social e da ação militante, com um projeto de futuro e o compromisso com ele. A unidade partidária e a dedicação da militância — que foram, dura-

mente golpeadas pelos episódios do mês de maio — são os meios por excelência para esta atividade. De outro, devemos ter clareza quanto aos interesses que expressamos na sociedade. A posição de representar o protesto social e, simultaneamente, apresentar concessões aos interesses dominantes na forma de um projeto moderado de desenvolvimento econômico-social, formulado de maneira genérica, tende a ser colocada em xeque pelo próprio correr da campanha.

11. A campanha eleitoral de 1998 pode propiciar o reencontro entre um projeto de mudança radical do curso político, econômico e social do país e o movimento real das maiorias que se mobilizam e que podem sustentar este pro-

jeto, encontro que permitiu que o PT travasse uma disputa de rumos da sociedade em 1989. Temos agora a oportunidade de recompor este amplo movimento político, duramente golpeado nestes anos pela aplicação das políticas neoliberais. O desgaste do governo, a apresentação de alternativas de esquerda claras e a reativação de parcelas importantes do movimento social são os elementos que devemos trabalhar para construir uma alternativa democrática e popular ao neoliberalismo. Ela é a linha que deve orientar nossa intervenção político e que permitirá à campanha obter o seu melhor resultado.

JOSÉ CORRÊA LEITE É EDITOR DO EM TEMPO

O PT, AS ALIANÇAS E O POPULISMO DE ESQUERDA

O destaque dado para a questão da aliança com o PDT e com o PSB deformou os termos do debate político no Encontro Nacional Extraordinário. O PT lançar candidato próprio ao governo do Rio de Janeiro foi apresentado pela maioria da direção como uma iniciativa em contraposição à uma aliança nacional com o PDT, **como se a esquerda** petista **estivesse se opondo a ela**. As discussões e decisões do Encontro foram ainda mais surpreendentes porque a cassação da candidatura própria no Rio de Janeiro, foi apresentada, por Lula e pela maioria, como uma medida para garantir uma política de aliança nacional que vinha sendo defendida contra eles pela esquerda petista, em minoria no DN.

A esquerda sempre sustentou a necessidade de definir para o PT um programa de esquerda, uma política de alianças de esquerda e a prioridade para a mobilização popular, como forma de catalisar o descontentamento popular contra o governo FHC em torno da cha-

pa Lula/Brizola. Aos olhos da maioria, a aliança PT-PDT-PSB-PCdoB era muito estreita, muito distante da sonhada aliança de centro-esquerda com dissidências burguesas importantes; eram frequentes, neste setor, as colocações de que uma chapa Lula-Brizola simplesmente somava rejeições. A disputa em torno da questão do Rio era vista pela esquerda a partir da alternativa de tensionarmos a relação com o PDT — que não dispunha de alternativa para a disputa presidencial e já tinha decidido lançar candidatura própria no Rio Grande do Sul, que seria sua hipotética contrapartida ao apoio do PT no Rio de Janeiro — ou simplesmente entregarmos a Brizola o que ele pedia. E Brizola, um político bastante hábil, aproveitou a forma enviezada como o debate se colocou no PT para aumentar seu cacife. Isso altera a forma como tradicionalmente vínhamos nos relacionando com estes partidos.

O PT foi sendo capaz, nos anos 80, de se impor sobre as lideranças de Brizola e de Arraes (neste período no PMDB) e polarizá-las nas grandes disputas porque, apresentava-se como uma alternativa de esquerda, classista e socialista. Contra um programa diluído que pretendia representar os interesses de todo o povo, o PT sustentava as demandas dos trabalhadores e do conjunto dos oprimidos contra o conjunto da classe dominante capitalista, nacional e estrangeira.

O PT se construiu, no Rio de Janeiro, no Rio Grande do Sul e em Pernam-

buco, na oposição aos governos de Brizola e Arraes. Estes praticaram uma política geral condenável — no trato com movimentos, na relação com o funcionalismo, no manejo da coisa pública e na relação com o governo federal (Brizola namorou com Collor; Arraes manteve uma posição dúbia frente a Fernando Henrique). Para um partido de esquerda com base social nos setores organizados da sociedade, como o PT, apoiar nas condições atuais Garotinho no Rio ou Arraes em Pernambuco para governadores (depois das desastrosas gestões estaduais de Brizola e da atual gestão de Arraes) é desgastante.

Isso não significa que a aliança nacional com o PDT e o PSB seja incorreta. Ela é importante e é defendida por quase todo o PT. Os projetos populistas perderam espaço e não têm alternativas efetivas fora o apoio à Lula. Além disso, Brizola vem tendo, na trajetória recente, algumas posições firmes de rejeição do neoliberalismo. Isso justifica uma aliança nacional onde a hegemonia cabe ao PT. Mas, por outro lado, a heterogeneidade regional destes partidos, que em alguns lugares são dominados por setores de direita, torna errado alianças com eles em diversos estados.

Uma aliança eleitoral, nacional ou regional, é, para nós, resultado de convergências políticas em seus respectivos terrenos, **expressando correlação de forças, pressões e interesses sociais e estratégicos**.

José Corrêa Leite

DECISÕES SEM PRECEDENTES

O Encontro Nacional Extraordinário, realizado em 23 e 24 de maio em São Paulo, não lembrou em nada os encontros que antecederam as disputas presidenciais de 1989 (6º) e de 1994 (9º). Naqueles o principal tema de pauta foi o programa, discutindo-se ainda a tática e a mobilização do partido para a disputa de rumos da sociedade brasileira.

Neste triste Encontro Extraordinário o que se discutiu foram recursos face a decisões arbitrárias, e sem precedentes, tomadas pela maioria do Diretório Nacional e ratificadas pelo Encontro. Todos eles versavam sobre a política de alianças, destacando-se, como os mais polêmicos, Rio, Pernambuco e Amazonas.

TRÊS DECISÕES ARBITRÁRIAS

No caso do Rio, três elementos explicam a arbitrariedade da anulação do Encontro Estadual que indicou legitimamente Vladimir como governador. São eles: a total dependência da política de alianças, a renúncia à luta pela hegemonia na frente de esquerda e a pasteurização programática que assola o nosso partido. É importante registrar que mesmo frente a fato tão grave, a maioria da esquerda considerou incorreta um eventual recurso à Justiça como meio de resolver uma crise interna do partido. Para um partido que queremos independente do Estado e das classes dominantes esta é uma questão a ser resolvida com a experiência política do próprio partido e da classe trabalhadora, com o convencimento e a conquista de uma maioria dirigente efetivamente democrática.

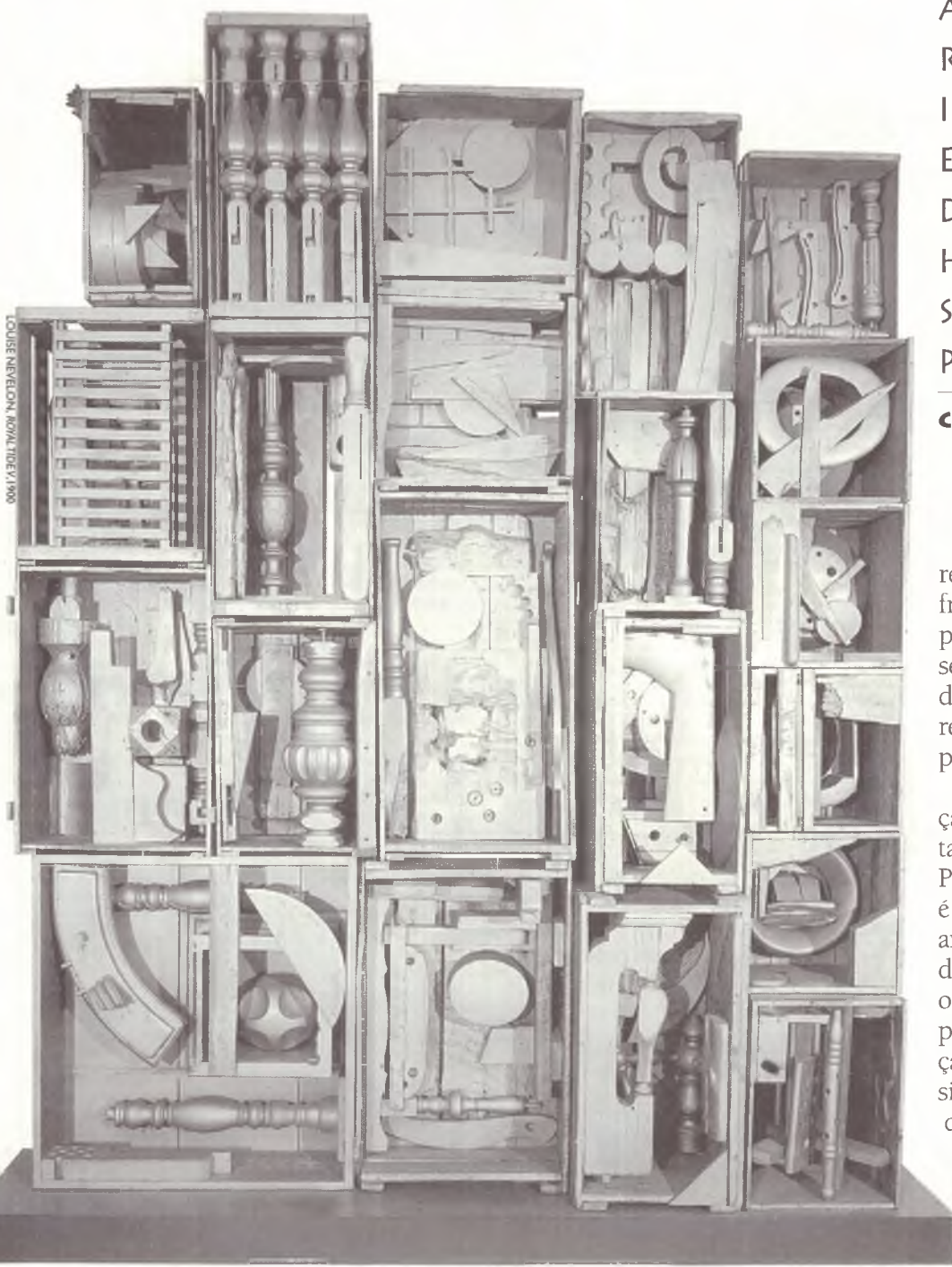
O caso de Pernambuco é ainda mais grave que o Rio. A maioria resolveu revisar a parte do Encontro Estadual que não lhe agradava e que impunha parâmetros mínimos para efetivar o apoio a Arraes. As resoluções anuladas diziam que era preciso que o governador explicasse direito o escândalo dos precatórios, que revisse a privatização do banco estadual e da empresa estadual de energia elétrica e excluía taxativamente uma aliança com o PPB.

No caso do Amazonas permitiu-se, por uma ínfima maioria – três votos em mais de 400 delegados presentes no momento da votação – que o PT participe de uma frente ao lado do PSDB e de Gilberto Mestrinho (contrariando, neste caso sim e diferente do Rio, resolução expressa do 11.º Encontro Nacional, que proíbe aliança com o PSDB e com figuras como Mestrinho).

A DEMOCRACIA DE BASE E A FORÇA DO PT

A maioria, atuando de forma absoluta e obsoleta, violentando a democracia partidária, incorreu em graves erros. O primeiro deles foi romper a democracia interna, deixando de lado a unidade do partido em um momento em que é necessário enfrentar concentrada e unitariamente um inimigo poderoso.

A democracia interna do PT é o pacto que viabiliza a unidade política de seus integrantes, permitindo ao parti-



do mobilizar suas energias militantes. É ela sua marca distintiva mais forte frente aos demais partidos do país. E ela é a unidade indissolúvel de respeito pelas minorias das decisões majoritárias e de garantia dos direitos das minorias (a democracia é sempre para as minorias, lembra Rosa Luxemburgo criticando Lenin).

Mesmo na década de 80, quando regras democráticas de funcionamento ainda não estavam plenamente formalizadas, jamais se questionou o direito de um nível escolher seus próprios candidatos. Isso não dizia respeito ao direito de tendência, mas sim à democracia de base, uma marca que o PT trouxe dos movimentos sociais e que o diferenciava da esquerda tradicional. Diretórios estaduais jamais escolheram candidatos a prefeito e o DN jamais indicou candidatos a governador. Isso permitia a máxima mobilização das energias militantes do partido, dando ao PT uma força que nenhum outro partido brasileiro dispunha.

Com as decisões do Encontro Extraordinário, a aliança com forças políticas fora do PT passa a ser considerada pela maioria do DN mais importante que o respeito às regras que garantem a democracia e unidade internas. Isso tem um efeito cascata sobre a coesão interna, a capacidade de mobilização das energias do partido, a sua imagem na sociedade. Grandes ideais, como os que estão na origem do PT, apenas se mantêm se sustentados com coerência nas decisões cotidianas. Como cobrar

sacrifícios de cada petista quando as regras do jogo já não garantem nem mesmo o direito democrático dele escolher quem será seu candidato ao governo de um estado? O precedente aberto é, sob qualquer aspecto, muito grave.

A RENÚNCIA À HEGEMONIA POLÍTICA

Mas as decisões do Encontro Extraordinário expressam também a renúncia à hegemonia política conquistada pelo PT ao longo de sua história na relação com os demais partidos populares. A maioria do DN não zelou pelos interesses do partido ao alimentar a chantagem de Brizola no caso do governo do Rio e depois entregar a candidatura a Garotinho, sem levar em conta que isso significa um duro golpe na construção do projeto petista no segundo estado mais importante do país. A decisão foi tomada sem sequer tensionar o processo de negociação nacional com o PDT, que não tinha alternativa de candidatura presidencial.

A preocupação com a construção partidária é a expressão do esforço do PT de construir uma hegemonia de esquerda na sociedade, que até agora sempre norteou nossa participação nas frentes eleitorais. Lideranças oriundas do populismo somente tiveram um papel progressista nos últimos anos porque foram polarizadas e não puderam fugir à hegemonia do PT. Foi a inseparável combinação de radicalização, democracia e socialismo ofe-

O ENCONTRO FOI MARCADO POR DECISÕES ARBITRÁRIAS, QUE ROMPEM A DEMOCRACIA INTERNA DO PT E EXPRESSAM O ABANDONO DA DISPUTA DE HEGEMONIA NA SOCIEDADE PARA POSIÇÕES DE ESQUERDA

CARLOS HENRIQUE ÁRABE

recida pelo PT que diferenciava as frentes que estabelecemos com estes partidos (e com os PCs), aos olhos dos setores mais politizados da população, do populismo e do estalinismo – mercedamente deslocados e derrotados por nós no passado recente.

O abandono do esforço de construção partidária em lugares tão importantes do país como o Rio de Janeiro e Pernambuco pela atual maioria do DN é fruto, em parte, da miragem das alianças, que os cega para as outras facetas da realidade e pode levá-la a conduzir o partido para despenhadeiros. Sempre defendemos uma política de alianças com os partidos de esquerda, inclusive contra a visão deste setor do partido, mas com o simultâneo fortalecimento da hegemonia do PT no processo. Todavia, uma visão eleitoral de alianças indiscriminadas vem ganhando um peso cada vez maior no partido. Na atual relação acrílica com o PDT e do PSB, abrimos mão de avançar na nossa construção partidária e damos fôlego à projeção anacrônicas.

REGRESSÃO PROGRAMÁTICA

A maioria mostrou que subestima embate político ao apostar exclusivamente no apelo popular de Lula e na soma aritmética de forças eleitorais (que na ausência de hegemonia, nivelam-se pelo nível programático mais baixo). O abandono da construção própria do PT é, assim, também a expressão de uma acentuada regressão programática da atual maioria. O programa que ela tem propagado representa, sob o pretenso realismo de não poder recusar um mundo moldado pelo predomínio neoliberal e pela globalização capitalista, um retrocesso quando comparado com o de 1989 e mesmo com o de 1994.

Esta concepção parece ignorar que o desgaste do neoliberalismo não é suficiente para construir, automaticamente, uma alternativa estratégica. E seria uma extrema e perigosa ingenuidade supor que o embate não evoluirá para um confronto de alternativas. Continuaremos a lutar para que a campanha nacional e as estaduais representem a construção de uma alternativa democrática e popular, com perspectiva socialista, face ao domínio neoliberal.

CARLOS HENRIQUE ÁRABE É MEMBRO DO DIRETÓRIO NACIONAL DO PT.

O segredo foi, durante mais de três anos, total. A OCDE, Organização para a Cooperação e o

Desenvolvimento Econômico, o clube dos países mais ricos, tem centralizado as negociações. E a recém-criada Organização Mundial para o Comércio (OMC) tem sido a verdadeira mola impulsora do negócio. Assim nasceu o Acordo Multilateral de Investimentos (AMI), um acordo (ainda é um projeto de acordo) para regular a abertura dos países ao investimento externo e para sancionar os prevaricadores.

Apesar de secreto, a alma do negócio foi vilmente exposta pelos seus adversários. Ralph Nader, o advogado norte-americano que tem se especializado na defesa dos consumidores, descobriu o texto e colocou-o na Internet. A disposição de todos os viajantes, basta clicar em <http://www.citizen.org>. E aí está ele, um enorme calhamaço, reproduzido depois num site europeu e amplamente comentado pela imprensa. E, coisa espantosa, até alguns governantes saíram a criticar o acordo, como se os seus governos não estivessem envolvidos na negociação.

Ora, a particularidade do texto é abolir os direitos dos Estados nacionais face às empresas multinacionais e aos seus investimentos, ao ponto de penalizar um país (ou o seu Estado) se algo correr mal num investimento importante. Assim, se houver uma greve ou uma revolta, se os sindicatos conseguirem uma alteração das regras de trabalho ou dos salários, se se impuser uma redução do horário de trabalho, a empresa multinacional pode processar o Estado em causa por lucros cessantes e reclamar a indenização que a compense pelo que esperava ganhar.

Há já um caso que fará jurisprudência, o da Ethyl, uma empresa norte-americana que produzia um produto tóxico utilizado na indústria automobilística e que foi proibido no Canadá. Antecipando o AMI, ela processou o governo, reclamando uma indenização gigantesca — o que passaria a ser o seu direito inquestionável a partir do momento em que o acordo se tornasse lei. A proteção do investimento das grandes multinacionais, abolindo o poder de regulação dos Estados, dos parlamentos e, em consequência, também o poder de negociação dos sindicatos e dos trabalhadores, aparece como o manifesto do capitalismo-fim-de-século e dificilmente poderia ser mais eloquente.

Daí o sigilo e a atropalhada quando o projeto de tratado é divulgado, provocando uma onda de reação e de protesto. Uns exigem o fim da negociação, em nome da proteção aos direitos do autor. Outros lembram que não existe um mecanismo de autoridade legal comparável, para os Estados nacionais, ao que as empresas procuram agora impor: quando uma empresa despede, abandona um país e prejudica os trabalhadores ou todos (por exemplo, através da poluição ou de erros ambientais), não há forma de a perseguir e conseguir que indenize os lesados. Esta disparidade de poder escandaliza: mas o que se poderia esperar de quem vê o mundo com os olhos de um predador?

Francisco Louçã

INTERNACIONAL

O MUNDO NAS GARRAS DOS PREDADORES

O ACORDO MULTILATERAL DE INVESTIMENTOS (AMI) QUER ESTABELECEER A TUTELA COMPLETA DAS CORPORações MULTINACIONAIS SOBRE OS ESTADOS NACIONAIS. É NECESSÁRIO BARRAR SUA APROVAÇÃO

DENIS HORMAN

O Acordo Multilateral de Investimentos (AMI) vem sendo negociado no maior sigilo, desde maio de 1995, no seio da OCDE, que agrupa as 29 nações mais ricas do mundo. Os parlamentares e as populações desses países foram mantidos na ignorância dos entendimentos, apesar do texto estar praticamente fechado e os governos da OCDE prestes a assiná-lo.

Na França, o presidente da Comissão de Negócios Estrangeiros da Assembleia Nacional, Jack Lang, diretamente interessado, declarou em dezembro último: "Nós ignoramos quem negocia o que em nome de quem". Nos Estados Unidos, os negociadores guardaram o maior segredo até o dia em que uma coalizão de movimentos de cidadãos divulgou o documento. Em dezembro de 1997, o Observatório da Mundialização lançou, na França, o grito de alerta em um seminário organizado na Assembleia Nacional. Na Bélgica, um grande agrupamento de ONGs e organizações sindicais nos marcos da "Um mundo a ser retrabalhado", dirigiu ao primeiro-ministro e aos parlamentares uma carta exigindo um debate prévio à toda decisão relativa ao AMI e chamou a Bélgica a se recusar a assinar o acordo em sua forma atual. Em fevereiro último, Genova acolheu a primeira conferência da Ação Mundial dos Povos Contra a OMC e o "Livro Comércio". Vindos da Ásia, África, América Latina e Europa, várias centenas de delegad(a)s lançaram as bases de uma coordenação mundial de resistência contra a OMC e o AMI.

Porque o AMI sanciona, em um tratado, os direitos eternos dos mais fortes, as companhias multinacionais. Ele confecciona uma vestimenta do seu tamanho, para além das soberanias nacionais. Ele libera o investimento privado de todo entrave, de toda condição, de toda proteção social fixada por uma autoridade pública.

Ele completa os acordos da Organização Mundial de Comércio (OMC) e referenda práticas que não estão ainda, de fato, aprovadas. Constitui um novo assalto neoliberal contra a soberania dos Estados. É um enorme sifão a aspirar para baixo as normas sociais, ambientais e trabalhistas.

"Nós escrevemos a constituição de



uma economia mundial unificada", afirmou o secretário geral da OMC, Renato Ruggiero. O AMI é o novo manifesto do capitalismo mundial. Quando estiver pronto e subscrito pelos países da OCDE, o AMI será aberto para a assinatura de todos os países membros da OMC, escancarando a porta para a regressão social das populações dos países ditos em desenvolvimento.

DEMISSÃO POLÍTICA

Os governos já estão sob o tacão das multinacionais. Elas não se escondem mais. Em muitos casos, eles se tornaram seus porta-vozes. Em 6 de fevereiro de 1996, diante de uma plateia de duas mil pessoas, empresários, especialistas, políticos, participantes do Fórum Econômico Mundial em Davos, M. Tittmeyer, presidente do Banco Federal da Alemanha, declarou: "Vocês, os dirigentes políticos, devem saber que de agora em diante estão sob o controle dos mercados financeiros". Nenhum dos ministros presentes na sala o contestou.

No final de 1994, quando da ratificação dos acordos do GATT que criaram a OMC, não houve quase nenhum debate parlamentar e uns poucos comentários na mídia. E, entretanto, isso implicou para os países que ratificaram o acordo, a sua renúncia a legislação nacional em matéria de comércio.

A OMC quer, além disso, regulamentar as regras da concorrência, o acesso aos mercados públicos e as leis sobre os investimentos. E isso, apenas em benefício das multinacionais. É assim com as regras de concorrência: trata-se de desmantelar, onde ainda existem, os monopólios nacionais constituídos em virtude de uma decisão política — é, por exemplo, o caso das telecomunicações,

cuja liberalização foi decidida no quadro da OMC em fevereiro de 1997. O objetivo das regras de concorrência é eliminar os monopólios nacionais a fim de que as multinacionais possam partilhar o mundo.

Com a OMC, entramos em uma fase histórica onde os países foram despojados de uma grande parte de sua soberania nacional sem que emergisse uma autoridade política transnacional tendo a vontade e os meios de controlar as sociedades multinacionais.

Hoje, com o AMI, estamos a ponto de ingressar em uma fase ainda mais perigosa: em nome do primado do comércio internacional, os países logo não poderão controlar nem proteger nada. Nem a agricultura, nem os recursos naturais, nem os sistemas educacionais, nem a saúde, nem os medicamentos ou a biodiversidade. A OMC, endossada pela OCDE, está prestes a desprover os países e os cidadãos dos atributos mínimos da soberania em benefício exclusivo das multinacionais da indústria e das finanças.

AS MULTINACIONAIS TÊM O DIREITO DE REINAR

Duzentas corporações controlam a economia mundial, apropriando-se de 30% da riqueza do planeta. Sua cifra total de negócios é quase duas vezes maior do que a soma da renda dos 4/5 mais pobres do mundo. Dessas duzentas, 190 têm sua sede no Norte, nos países da OCDE. As dez primeiras têm, sozinhas, um lucro igual às 190 restantes.

As corporações multinacionais controlam mais de 70% dos investimentos e do comércio mundial. Não é por acaso que o AMI está sendo negociado

seio da OCDE: 447 das 500 primeiras multinacionais têm aí sua sede. O AMI consagra a liberdade total das multinacionais se implantarem e investirem onde quiserem, quando quiserem, para produzir o que quiserem, comprando e vendendo onde queiram, repatriando seus lucros como bem entenderem e tendo o mínimo de limites possíveis dos direitos do trabalho, regulamentações ou ainda convenções.

Os dispositivos muito diversos abarcados pelo AMI tem por princípio essencial liberar os investimentos privados de todo entrave e de toda proteção social fixada por uma autoridade pública qualquer que seja. De fato, foram inscritos nos artigos do AMI os seguintes direitos das multinacionais:

- poder comprar e tornarem-se proprietárias de todo edifício e de toda unidade de produção em todos os países signatários do Acordo sem nenhum encargo, obrigação de manutenção do nível de emprego ou do nível de atividade ou mesmo de presença no país hóspede;
- poder se apropriar de todo recurso natural comercializável de um país signatário e dispor de toda concessão, licença ou autorização para extrair petróleo ou explorar recursos florestais, minerais e outros, sem obrigações de manejo nem de os utilizar no interesse do país hóspede;

- eximir-se de aplicar qualquer norma ou exigência de criação de empregos, compra de mercadorias no mercado local/nacional, de reciprocidade de importação/exportação, de transferência de tecnologia e de conhecimento para o país hóspede;
- poder considerar como ilegal toda norma nacional concernente aos direitos humanos, ao direito do trabalho, a proteção do ambiente, a bens importados e a produtos de outras regiões ou países.

FORTES E FRACOS NO MESMO RINGUE

O que se diria de um empresário de box que coloca no mesmo ringue um peso pesado e um peso pluma? É isso que faz a OMC e é isso que quer reforçar o AMI. Com ele, não existirá mais a questão de tratamento preferencial. Os governos não poderão tratar de forma diferente os investidores nacionais e estrangeiros.

Assim, os programas da União Europeia em favor das regiões mais atrasadas (através, por exemplo, dos fundos estruturais) poderão ser questionados devido ao AMI. Os investidores estrangeiros poderão reclamar os mesmos regimes fiscais e apoios financeiros que as empresas nacionais em dificuldades. Se o acordo for assinado, as pequenas e médias empresas em dificuldades deverão se confrontar com os gigantes que dominam seu ramo de atividade, seja na indústria de alimentação ou do audiovisual, da hotelaria ou da construção.

Não há mais exceção cultural ou artística. O AMI não somente contorna as regulamentações em matéria audiovisual, mas também define o artista como um investidor e seus direitos ou obras como um investimento.

O mesmo risco existe para os progra-

mas de redistribuição de terras nos países em desenvolvimento. O México já está em plena aplicação do AMI. Para ser admitido no TLC da América do Norte, o país teve que suprimir os dispositivos de sua Constituição relativos à reforma agrária. Isso a fim de que os investidores norte-americanos e canadenses possam comprar a terra reservada aos nacionais. O balanço dos quatro primeiros anos de aplicação do tratado é catastrófico: a destruição massiva do pequeno campesinato, enquanto as multinacionais agro-alimentares apropriam-se de imensas explorações.

Se um país reserva certos setores de atividades a empresas nacionais e lhes concede subvenções para viabilizá-las, ele deverá conceder os mesmos privilégios para uma empresa estrangeira. No limite, não há mais subsídios específicos para empresas locais.

ESTRANGULAMENTO DOS ESTADOS... E DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

São sobretudo as regras relativas às "expropriações e indenizações" que diferenciam o AMI dos outros tratados internacionais: as corporações multinacionais todos os direitos, aos governos o peso de todas as obrigações. E isso pode ir muito longe.

O AMI não somente interdita a expropriação de um investimento sem recurso e indenização correspondente; por ele igualmente "a perda de uma oportunidade de lucro sobre investimento será um tipo de prejuízo suficiente para dar direito à indenização do investidor".

Dessa forma, os governos serão obrigados a garantir os investimentos estrangeiros contra toda espécie de perturbações que podem diminuir sua rentabi-

lidade: movimentos de protesto, "problemas sociais", greves, boicotes, sem falar de insurreições... Sem mais, eles serão obrigados a pagar às multinacionais indenizações por terem permitido ou tolerado restrições às possibilidades de lucro.

Contrariamente às regras em vigor na OMC, um investidor que se considerar lesado poderá apelar diretamente a um tribunal *ad hoc* e exigir seja compensações para sua falta de lucro, seja a eliminação de legislações nacionais ou regionais limitantes. Ou seja, uma firma multinacional não terá mais que passar por seu governo para defender seus interesses no terreno internacional. Graças a um complexo arsenal de arbitragem de conflitos, ela poderá fazer prevalecer seus interesses diretamente.

As regras relativas às indenizações e expropriações dão às multinacionais o direito de contestar quase toda ação governamental — de medidas fiscais aos dispositivos ambientais, trabalhistas e de proteção ao consumidor — como ameaças potenciais a seus lucros. Uma maneira de encorajar os governos, sob a cobertura do AMI, a restringir as liberdades sindicais e sociais.

Secretamente negociado apenas por uns poucos funcionários dos Estados mais ricos no interior da OCDE, este projeto de tratado visa essencialmente abrir novos direitos em benefício de pessoas privadas e provoca o abandono da soberania, não em benefício de organizações multistatais, mas em proveito de organizações privadas, isto é, das corporações multinacionais.

Inovação sem precedente, uma vez que os Estados tenham assinado o AMI, ele é irrevogável por vinte anos. Um dispositivo lhes interdita manifestar seu desejo de sair do tratado antes de cinco

anos. Após isso, ele permanece aplicável durante os quinze anos suplementares aos investimentos existentes na data da retirada.

A adoção de tal tratado significa que cada medida de "liberalização dos investimentos" adotada em algum país, em um dado momento, se tornará definitiva para aquele país. Um voto democrático de um país para aumentar, por exemplo, a proteção social ou ainda a luta contra o desemprego poderá, em nome do AMI, ser contestado, com o tratado proibindo toda volta atrás em matéria de liberalização.

RESISTÊNCIAS

OCDE, OMC, BM, G7, FMI..., estas instituições políticas, financeiras econômicas, de funcionamento autoritário, constituem um ponto de apoio eficiente para as sociedades multinacionais. No grande encontro anual de Davos, na Suíça, a Meca do hiperliberalismo, dois mil "global leaders" — industriais, financistas, políticos... — retomam em coro o mesmo refrão: deve-se combater a inflação, reduzir os déficits orçamentários, encorajar a flexibilidade do trabalho, desmantelar o Estado do bem-estar e estimular sem esmorecer o livre comércio. Eles aplaudem as privatizações.

Há, em Davos, alguns sindicalistas que perturbam o credo liberal. Este ano, John Sweeney, presidente da central sindical norte-americana AFL-CIO, afirmou: "Olhem para o mundo: o Japão está em recessão, a Rússia presa em um capitalismo primitivo e mafioso, a Europa estagnada, a África é passado para as perdas e lucros dos investimentos globais, a América Latina está à deriva. Na Ásia, o FMI salva os especuladores reforçando a austeridade sobre os povos. Seus remédios agravam o mal que pretendem sanar. O milagre norte-americano? Uma criança em quatro nasce em uma família pobre, um trabalhador em cinco não tem seguro médico. Os frutos do crescimento foram confiscados por um punhado de pessoas. A desigualdade atingiu níveis tais que os bancos de investimentos de New York exigiram, este ano, que seus quadros dirigentes não divulgassem o montante dos seus bônus" (*Liberation*, 3/3/98).

Um tom firme, mas das palavras aos atos... As direções sindicais deveriam estar à cabeça de uma ampla mobilização contra o projeto do AMI, contra esta ofensiva neoliberal, para abrir uma verdadeira perspectiva de mudança. Mas não estão.

Todavia, existem razões de esperança. Nos Estados Unidos, na França, na Bélgica e em vários outros países, associações de movimentos sociais e sindicais e grupos políticos se unem para formar uma frente de recusa, para formular suas próprias exigências e reivindicar, para pressionar aqueles que decidem os rumos políticos e econômicos.

A conscientização dos perigos do AMI e a exigência de transparência e de um debate democrático formuladas por associações, movimentos sindicais, organizações sindicais são um primeiro passo. Serão necessários muitos outros.

DENIS HORMAN É JORNALISTA E AUTOR, ENTRE OUTROS LIVROS, DE **UNE CLAUSE SOCIALE POUR L'EMPLOI ET LES DROITS FUNDAMENTAUX?** PUBLICADO ORIGINALMENTE NA **INPRECOR** N.º 423, ABRIL DE 1998. OUTRAS INFORMações SOBRE O AMI ESTÃO NO **LE MONDE DIPLOMATIQUE** DE MARÇO P. 22 E ABRIL P. 4 E 5



GATT E OMC ASSEGURANDO A

A PASSAGEM DO GATT PARA A OMC REPRESENTA A RECONSTRUÇÃO DO MERCADO MUNDIAL SOB CONTROLE ESTRITO DAS GRANDES CORPORAÇÕES DOS PAÍSES CENTRAIS

ALAN FREEMAN

Pense na economia mundial e duas palavras vêm à cabeça: FMI e Banco Mundial, os dois órgãos supranacionais criados pelo tratado de Bretton Woods de 1947, quando as potências aliadas reconstruíram a ordem econômica mundial do pós-guerra. Agora, a Organização Mundial do Comércio (OMC), formada em 1994 como resultado da "Rodada Uruguai" de negociações sobre o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT em inglês), surge como o terceiro pilar da ordem econômica do pós-guerra. Embora geralmente apresentada como simples continuação do GATT, ela de fato inaugurou uma mudança fundamental na organização do comércio mundial.

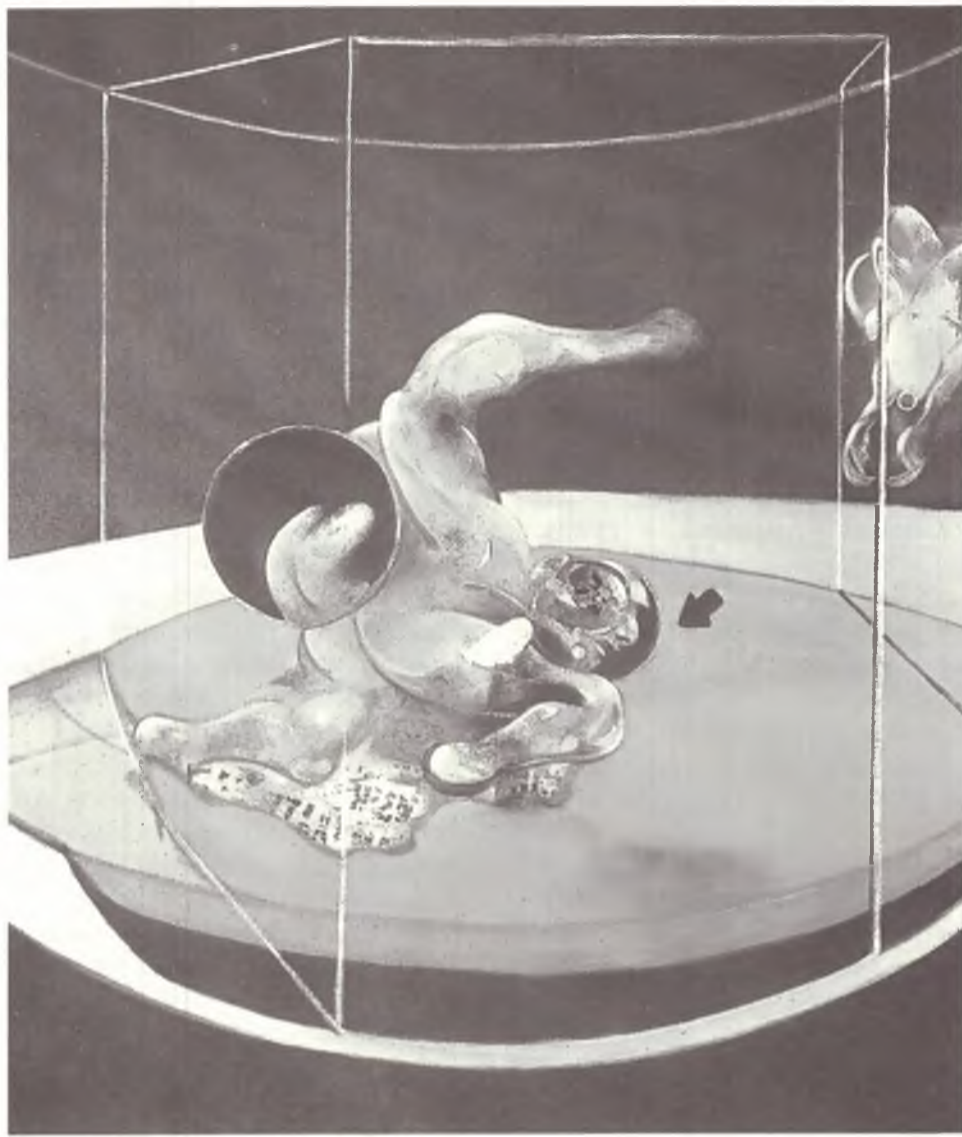
Com a formação da OMC, o GATT foi transformado de uma pouco efetiva câmara de comércio em um poderoso dispositivo para a reestruturação do mercado mundial em benefício dos interesses comerciais e financeiros das potências dominantes, cuja exigência central é a manutenção da supremacia econômica dos Estados Unidos face ao maior déficit comercial da história mundial.

Supõe-se que a OMC expanda o comércio mundial, geralmente visto como um benefício geral, positivo e inofensivo, para todas as nações. Mas qualquer que seja a retórica do livre-comércio, seu papel real é integrar o antigo bloco de nações orientais e não alinhadas em um mercado irrestrito para os produtos de um seleto clube de nações avançadas; suprimir a soberania nacional em favor de garantias institucionais para a pilhagem sistemática destes mercados e garantir a este clube imunidade de toda ameaça competitiva que possa surgir.

UMA NOVA AGENDA DE COMÉRCIO

A OMC carrega uma agenda radicalmente nova no comércio mundial. Suas pedras de toque são:

■ A liberalização dos "serviços" através do GATS (Acordo Geral de Comércio e Serviços), cobrindo um quinto de todo o comércio mundial (US\$ 1 trilhão). Esta é uma mudança institucional mascarada como reforma do comércio. Já que os serviços financeiros são tratados como uma "mercadoria", ela carrega a obrigação legal do livre movimento de capitais, sobrepondo-se ao legítimo direito à soberania econômica nacional. Mais ainda, a definição de exportações foi estendida no caso dos servi-



ços para incluir a produção para subsidiárias de propriedade estrangeira nos países hóspedes. A regulamentação do comércio foi, assim, pela primeira vez na história, imposta aos regimes do mercado interno dos estados membros.

■ Uma nova categoria de comércio decisiva, os Direitos de Propriedade Intelectual. Eles têm tanto a ver com a liberalização do comércio como o livre transporte de escravos. Os Direitos de Propriedade Intelectual colocam fora da lei o comércio de produtos carregando qualquer tecnologia com menos de vinte anos – isto é, quase tudo – se não seguir a especificação do atual proprietário desta tecnologia. Eles são um monopólio absoluto dos países desenvolvidos: 0,16% das patentes do mundo são atualmente propriedade de residentes do Terceiro Mundo. Os Direitos fazem do proprietário de um processo técnico uma entidade legal distinta não apenas dos trabalhadores mas também das fábricas ou fazendas e do inventor original, transformando a propriedade e controle da tecnologia em um instrumento de dominação negociável. Concretamente, eles reforçam ao extremo o principal mecanismo de mercado que empobrece o Terceiro Mundo, a transferência de superlucros tecnológicos através do comércio.

■ Ação anti-dumping em larga escala como o dispositivo protecionista preferido dos Estados Unidos, União Européia e Austrália-Nova Zelândia, uma prática descrita pelo Banco Mundial como "uma maquiagem do protecionismo para fazê-lo parecer diferente". Antes de 1986, ações anti-dumping eram eventos excepcionais. Em 1992, elas eram práticas universais nos países desenvolvidos. 1040 ações anti-dumping foram iniciadas pelos países industrializados de 1985-92, mais da metade delas dirigidas contra a Europa Oriental

(132), o Terceiro Mundo (137) ou os países em desenvolvimento da Ásia (297). Os países não-industrializados – três-quartos da população mundial – iniciaram somente 91 ações.

■ A consolidação de um sistema de blocos comerciais, Áreas de Livre Comércio ao redor dos países capitalistas dominantes – a União Européia, o NAFTA e a APEC – com isenção das medidas impostas a todos os outros membros da OMC. O Artigo XXIV do GATT, que regulava as áreas de livre comércio, permaneceu, no fundamental, letra morta.

DO CONSENSO À OBRIGAÇÃO

Esta série de mudanças disparatadas está sendo consolidada pela conversão de um tratado de organização – o velho GATT – em uma organização supranacional que faz cumprir e legisla não apenas as relações comerciais mas os regimes internos de propriedade, taxas e subsídios de seus membros.

O GATT manteve prolongadas rodadas de negociações multilaterais visando a redução mútua de tarifas específicas, sujeitas ao consenso. De fato, era uma organização de agenciamento para estender acordos bilaterais feitos pelos grandes jogadores para um círculo ligeiramente mais amplo de participantes.

Embora os historiadores vejam o GATT como o principal veículo da liberalização do comércio, isso ocorria em grande medida porque as principais potências, sob a hegemonia norte-americana, queriam liberalizar, em qualquer caso, o seu próprio comércio, para assegurar uma parcela do capital norte-americano exportado durante o período em que ele ainda gozava da supremacia industrial. O GATT simplesmente convidava os outros a participarem do processo.

A OMC marcou duas mudanças decisivas. Primeiro, deslocou-se da "orientação de resultados" para uma "orientação de regras"; o comércio é agora governado por leis e fórmulas, ao invés das mercadorias visadas. Isto estende para regulamentos legais de comércio que a OMC obriga os governos membros a escrever em suas leis. Mais significativo ainda, o cumprimento destas leis agora é policiado.

Formalmente o GATT não era uma organização internacional (isto é, uma organização legal de direito próprio) mas um tratado inter-governamental. Como resultado, ao invés de "estados membros", o GATT tinha "partes contratantes"... A OMC é uma organização internacional que administra acordos multilaterais relativos ao comércio de bens (GATT), serviços (GATS) e aspectos concernentes ao comércio dos direitos de propriedade intelectual.

Se um país membro quebra um regulamento da OMC, um processo disciplinar é aberto e um consenso é exigido não para implementar sanções mas para preveni-las. Se um país do Terceiro Mundo procura isenção para proteger seus produtos industriais ou agrícolas da competição dos países mais avançados do Norte, ele enfrenta sanções coordenadas, punitivas de todos os membros da OMC.

A RECONSTRUÇÃO DO MERCADO MUNDIAL

O que torna esta ameaça efetiva é a expansão sistemática do GATT e da OMC, que culminou no restabelecimento de um mercado mundial global, antes espatifado pela Revolução Russa, duas guerras mundiais e a Revolução Chinesa.

O GATT era um clube minoritário com apenas 23 signatários. A correlação de forças era tão fraca que se provou impossível estabelecer a organização internacional de comércio (ITO) prevista nos acordos de Bretton Woods. Em 1949, na Rodada Annecy, somente participaram 11 países. A China retirou-se em 1950 e os Estados Unidos, que tinham seguido uma política ferozmente protecionista no período do entre-guerras, abandonaram a tentativa de obter a ratificação pelo Congresso do ITO. Embora o acordo inicial de 1947 assegurasse uma redução de 21% das tarifas norte-americanas, as próximas três rodadas asseguraram apenas uma redução suplementar de 8,4%.

O termo "livre comércio" nunca apareceu na agenda formal do GATT. O preâmbulo do GATT-1947 conclamava a um "aumento dos níveis de vida, assegurando o pleno emprego e um amplo e constante crescimento do volume real de renda e demanda efetiva, desenvolvendo o uso pleno dos recursos do mundo e expandindo a produção e a troca de bens". O principal mecanismo era a redução de tarifas e a eliminação do tratamento discriminatório.

Nenhuma economia planificada tomou parte dele até 1967, quando a Polônia aderiu. E os países do Terceiro Mundo foram bem sucedidos em neutralizar ou bloquear a aplicação dos acordos comerciais do GATT a eles através do movimento dos países não-ali-

PILHAGEM

nhados e do estabelecimento, em 1964, da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), formada para pressionar por medidas comerciais a favor dos países em desenvolvimento. A Rodada Kennedy de 1963 envolveu 74 países e demorou quatro anos. A prática de pegar e escolher quais regulamentos do GATT implementar estava tão difundida que era chamada "GATT a la carte". A Rodada Tóquio de 1973 envolveu 99 países mas durou seis anos e foi obrigada a legalizar o tratamento de tarifas preferenciais e não-preferenciais a favor dos países em desenvolvimento.

Assim, embora os países em desenvolvimento fossem atraídos para a órbita do GATT, o acesso ao sistema econômico separado da URSS e dos países do Pacto de Varsóvia oferecia a eles um importante grau de autonomia. Apesar de governado e imposto pelo mercado mundial, ele podia vetar muitas propostas imperialistas, impondo controles seletivos sobre o comércio para proteger os consumidores domésticos e limitando a drenagem de capitais através da troca desigual, porque eles tinham sempre o recurso (ou a ameaça) do comércio com os blocos soviético e chineses. O Terceiro Mundo – um termo cunhado por Mao Zedong – participava das negociações comerciais, mas agia coletivamente para vetar ou fazer naufragar as medidas que colocavam em perigo os seus produtores internos, atenuando – embora não superando – o impacto do mercado mundial na acumulação doméstica.

No final da Rodada Uruguai, que começou em 1986 e terminou oito anos depois, a cena tinha mudado drasticamente. Havia agora 128 países membros, incluindo a maioria dos países da antiga Europa Oriental. A ex-URSS não representava mais uma alternativa de comprador ou vendedor. Agressivas políticas norte-americanas baseadas em ameaças, a crise da dívida e a intervenção draconiana do FMI com seus programas de ajustes estruturais, orientados para exportações, produziram a "contra-revolução neoclássica". Keynesianos foram substituídos nas instituições financeiras mundiais mais importantes e onda após onda de conselheiros e regimes políticos neoliberais vieram a influenciar o desenvolvimento econômico e os próprios países do Terceiro Mundo. A resistência deu lugar à capitulação; a nova ordem tinha chegado.

DIVERGÊNCIA, MUITO TEMPO

O ponto mais decisivo é que o livre comércio produz desigualdade. A doutrina neoclássica da "convergência", para a qual o termo mais adequado é "cretina", é contrária a todos os fatos conhecidos. Caracterizando 120 anos de mercado mundial como "divergência, muito tempo", o economista senior do Banco Mundial Lant Pritchett vai examinar sua fase mais recente:

"De 1980 a 1994, o crescimento *per capita* do PIB foi de 1,5% nos países avançados e 0,34% nos países menos desenvolvidos. Não houve aceleração do crescimento na maioria dos países pobres, seja absoluto, seja relativo, e não há perspectiva de reversão óbvia da diver-

gência... tomados em conjunto, estes elementos implicam que quase nada que é verdadeiro sobre as taxas de crescimento dos países avançados é verdadeiro para os países em desenvolvimento, seja individualmente ou de conjunto" ("Divergence, Big Time". *Journal of Economic Perspectives*, Summer 1997, p.14).

A mudança tecnológica nas condições capitalistas dá vantagens ao produtor industrial avançado vendendo no mesmo mercado que um produtor atrasado, ele auferirá um super-lucro. Dado um livre mercado de bens e capitais, este acumula nos países avançados, particularmente se o Estado garante a transferência de capital. Isso oferece mais fundos para aumentar sua liderança tecnológica, aumentando ainda mais o fosso. Este processo não tem fim sob o capitalismo. O processo de acumulação e mudança tecnológica literalmente suga o sangue vital das nações pobres.

Este é o fundamento da imposição dos direitos de propriedade intelectual. O mundo do *mercado de conhecimento* corresponde um novo grande estágio, profundamente anti-democrático, do desenvolvimento capitalista. A transformação do conhecimento em propriedade exige necessariamente *segredo*: o conhecimento comum não é mais propriedade privada. Neste novo e aterrorizante estágio, a própria comunicação viola os direitos de propriedade. A OMC está transformando o que era antes um recurso universal da raça humana – seu conhecimento livre, coletiva e historicamente desenvolvido de si e da natureza – em uma força de produção privada e comercializável.

A nova categoria tanto é o fundamento das fortunas das áreas de alta tecnologia, software e engenharia genética, quanto está transformando toda a natureza da agricultura. Pequenos produtores agrícolas pelo mundo estão sendo forçados, de fato, a abandonar a produção natural de suas próprias sementes e a pagar preços extras por sementes geneticamente produzidas. A consequência é nada menos do que o fim da produção agrícola mundial auto-suficiente.

A OMC COMO POLÍCIA INSTITUCIONAL

A segunda consequência é que a reconstrução de um mercado mundial universal é, simplesmente, a garantia mais segura da queda acelerada na fome e na pobreza das massas dos povos do mundo. A única fuga para qualquer nação, exceto o pequeno clube de líderes, é escapar, de uma forma ou de outra, do funcionamento geral do mercado. É por isso que o velho GATT não podia ser uma agência de cumprimento e é por isso que a nova OMC tem que ser uma agência de imposição do cumprimento das normas.

A OMC é agora o terceiro braço do

FMI e do Banco Mundial, que trabalham juntos para impôr um quadro político institucional completo no mundo. Os bancos impõem o mercado aberto e o livre comércio como uma condição de crédito e alívio da dívida. Mas o livre comércio é *definido como sendo* um regime institucional definitivo que sobrepõe a soberania econômica de todos exceto os maiores jogadores. Isto inclui não apenas os direitos à plena propriedade capitalista e ao livre movimento de capitais, mas é estendido para taxas, subsídios ou qualquer medida que possa ser interpretada como uma "competição injusta", isto é, qualquer elemento de reserva estatal.

A agenda original do GATT procurava evitar a repetição da divisão em blocos comerciais hostis do período do entre-guerras e priorizou a "não-discriminação" e a "reciprocidade". A não-discriminação afirma que membros devem fazer as mesmas concessões comerciais a todos os outros como "nações mais favorecidas". A reciprocidade afirma que deve haver, em algum sentido (usualmente pouco definido), uma igualdade

dinheiro – na qual a Índia é um quinto dos Estados Unidos

Este é o pano de fundo de dois outros princípios que ganharam destaque com a OMC: "competição justa" e "acesso ao mercado". Sob a competição justa, qualquer produção não mercantil – de fato, qualquer elemento de subsídio – de qualquer bem para exportação é uma imediata violação dos princípios da OMC.

Mas a regra do acesso ao mercado tem como principal consequência a imposição institucional do cumprimento das normas devido ao papel jogado pelos serviços, que caracteriza o novo estágio da exportação de capitais. 50% do estoque global de investimentos diretos no estrangeiro estão agora nos serviços.

A maioria das atividades de serviços apenas pode ser oferecida localmente; para alcançar mercados estrangeiros um prestador de serviços deve se localizar nestes países. Devido a insistência dos Estados Unidos, a OMC agora estabelece que os serviços oferecidos por uma subsidiária de uma empresa de propriedade estrangeira constituem exportação-



de perdas, o que implica uma troca de redução em barreiras comerciais. Estes princípios poderiam ser aplicados em um pequeno clube que estenderiam acordos essencialmente bilaterais para um círculo mais amplo. Mas uma redução maior dos ganhos e perdas para todos os participantes não poderia se dar da mesma forma; há perdedores e ganhadores. É por isso que o GATT funcionou como funcionou, como um fórum de negociação cujas decisões eram facilmente evitáveis ou contornáveis.

Com a imposição do cumprimento das normas e a redução de tarifas "baseada em regras" tornou-se impossível assegurar benefícios para todas as partes. Todo mundo procura isentar-se das regras. As potências industriais estabeleceram dois procedimentos sistemáticos para imporem suas exceções. Há o recurso à legislação anti-dumping, associada com as cláusulas do GATT que isentam os "blocos comerciais" da maioria das suas regras. O Terceiro Mundo e os países em transição perderam, em comparação, quase todas as isenções que tinham. Todavia, a aplicação da reciprocidade entre as nações grandes e "pequenas" é, por natureza, assimétrica, devendo-se lembrar que "pequena" tem que ser traduzida para a linguagem do

es e devem ser capazes de competir com os produtores domésticos. Se generalizado, este princípio significará, por exemplo, que uma companhia de saúde dos Estados Unidos operando na Inglaterra pode iniciar uma ação no GATT contra o governo inglês por competição injusta pelo Serviço Nacional de Saúde (o sistema de saúde pública inglês).

Esta posição ainda não foi estabelecida. O Grupo dos 10 maiores países em desenvolvimento opôs-se vigorosamente a isso, apoiado pela UNCTAD, que propôs definir comércio em serviços como ocorrendo quando a maioria do valor agregado é produzido por não-residentes; um trabalho – de fato, o critério de base humana. Esta definição carrega o princípio simples que os residentes de uma nação devem determinar o que acontece em sua economia. A proposta dos Estados Unidos, baseada no princípio da propriedade, afirma que o direito econômico dos proprietários se impõe sobre os direitos políticos do povo.

ALAN FREEMAN É COLABORADOR DA REVISTA **CAPITAL AND CLASS** E CO-EDITOR, COM ERNEST MANDEL, DE **RICARDO, MARX, SRAFFA**. ARTIGO ORIGINALMENTE PUBLICADO NA REVISTA **LINKS**, Nº 10, 1998

A MALÁRIA EM FOCO

Praticamente cem anos após a descoberta do papel do mosquito na transmissão do parasito que causa a malária, o mundo depara-se com uma situação catastrófica no que diz respeito ao controle da doença, que é hoje a que mais mortes causa no mundo. A maior incidência hoje está na África, onde estima-se que de 1,5 a 2,7 milhões de pessoas morrem por ano vítimas da doença. No Brasil – um dos países com maior incidência da doença – estima-se que existam cerca de 800 mil pessoas contaminadas.

Todos os tipos de tratamento que, num primeiro momento, mostravam-se eficazes, pouco tempo depois vão perdendo sua eficácia. Na década de 50 houve um momento de alívio, quando muitos países aparentemente chegaram a erradicar a doença. Isto inclusive fez com que a luta contra o vetor (o mosquito transmissor da doença: Anopheles) fosse reduzida. Agora paga-se o alto preço por este esmorecimento. Verifica-se neste caso (como para outras infecções), que os tratamentos tentados na verdade servem em muitos casos para a seleção de linhagens cada vez mais resistentes do parasitos. Corresponde à idéia popular de que uma doença mal tratada fortalece o agente infeccioso, que “aprende” como resistir ao medicamento. O medicamento mata uma parcela dos micróbios, mas o processo de mutação, que ocorre natural e normalmente, faz surgirem indivíduos que são resistentes e que, na ausência de seus concorrentes não resistentes, encontram amplo espaço para reproduzir. Uma suspeita importante que começa a surgir é que determinados parasitos têm mecanismos genéticos para ampliar a taxa de mutação e assim buscar saídas em caso de violenta agressão (ver edições da *Ciência Hoje* de jan/fev e jun. deste ano sobre malária e resistência microbiana).

A REVOLUÇÃO EM MARCHA!

Existem diferentes gerações de computadores: a primeira das máquinas a válvula; a segunda dos transistores e a terceira dos circuitos integrados. A passagem de uma para outra implicou numa ampliação enorme de possibilidades para a humanidade. Nada do que temos em termos de informática (e olhe que não é pouco...) seria possível sem o advento do circuito integrado. Pois hoje estamos praticamente chegando aos limites desta tecnologia. Agora surgem sinais de que o computador quântico é viável. Contudo, artigo publicado em abril na *Physical Review Letters* (a revista de física mais importante do mundo), mostra pela primeira vez um experimento no qual a computação quântica é realizada na prática. Para um computador comum, cada dado em sua memória é único, assim como uma ordem de nomes num catálogo telefônico. Se o computador vai buscar um nome, ele olha um por um até encontrar aquele que coincide com seu dado de busca. Já um computador quântico pode valer-se de propriedades que são inerentes à natureza microscópica da matéria. Os dados que o computador manipula não são mais dados individuais (chamados de “puros”) mas sim aqueles formados por uma combinação de dados, sobre os quais temos informações probabilísticas. Ao tratar dados desta forma, aumenta-se enormemente a velocidade de processamento, para alguns casos em várias ordens de grandeza.

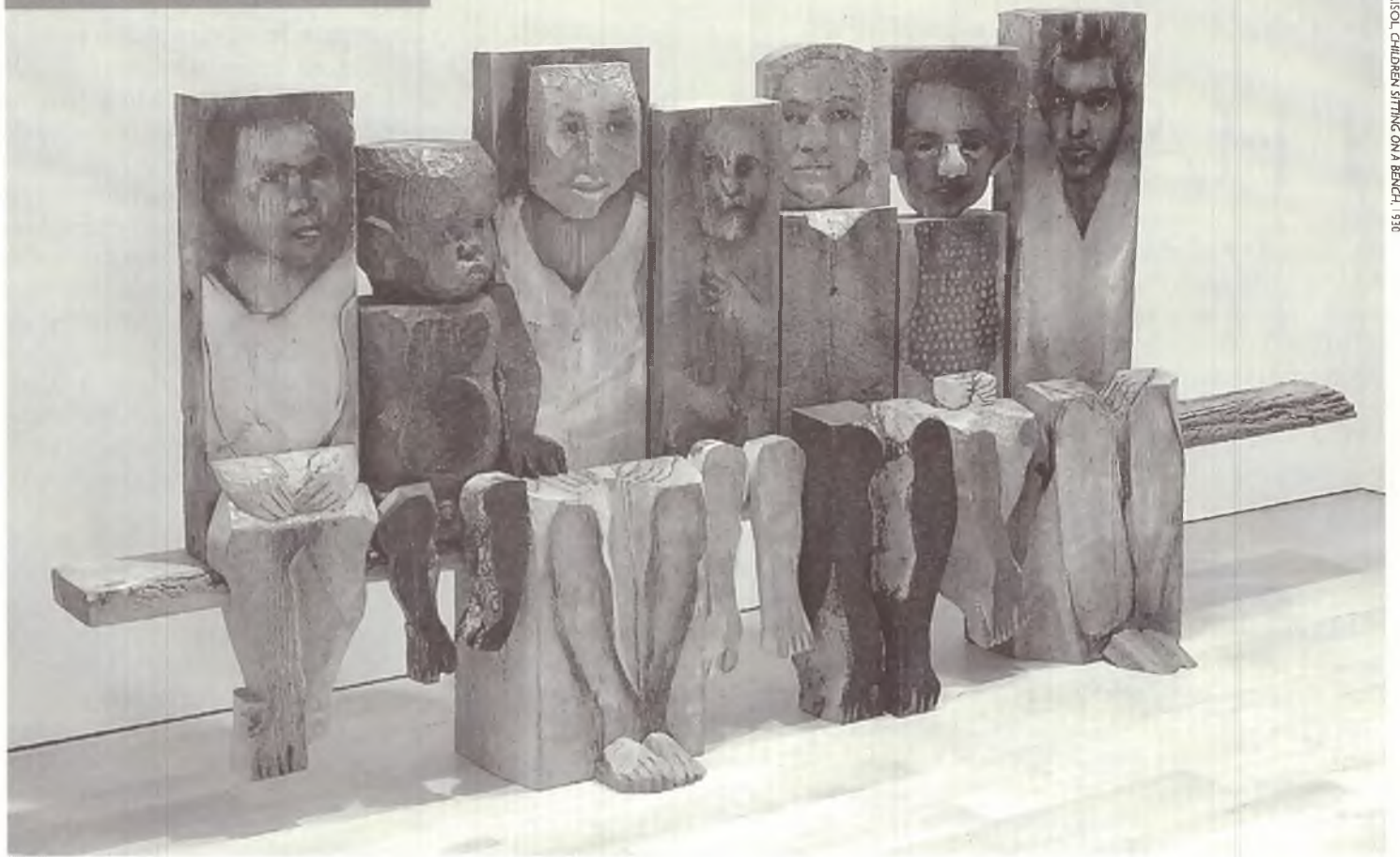
RETORNO DOS LEITORES

O editor do *Em Tempo* disse-me que várias pessoas têm se interessado por esta coluna. Como somos uma tendência democrática e a favor da participação efetiva (ao contrário do que parece estar ocorrendo em nosso Partido), acho que talvez fosse interessante abrir a coluna para perguntas de leitores (como qualquer revista científica faz).

Se eu não souber a resposta, eu mintol! Meu email é <mf@soteris.com.br>.

Américo Bernardes

INTERNACIONAL



HANS BELLMER: CHILDREN SITTING ON A BENCH | 1938

EMPREGOS, QUE EMPREGOS?

OS ESTADOS UNIDOS SÃO APRESENTADOS COMO MODELO DE GERAÇÃO DE EMPREGOS. MAS SÃO, NO ESSENCIAL, EMPREGOS PRECÁRIOS E MAL REMUNERADOS

CHARLES-ANDRÉ UDRY

Todos os meses, a mídia nos oferece o bom exemplo da criação de empregos nos Estados Unidos e da redução, aí, do desemprego. Transmite-se a mensagem de que se tem que flexibilizar o mercado de trabalho, como nos Estados Unidos e aí o desemprego cairá. É realmente assim?

Certamente, desde 1993, há uma criação líquida de empregos (diferença entre empregos destruídos e empregos criados). Mas, ao contrário do que se diz, o número de empregos criados não é mais importante do que na retomada econômica que se seguiu à recessão de 1974-5. Sob a presidência de Jimmy Carter, de 1976 a 1980, a criação líquida de empregos atingiu a média anual de 2,8 milhões. De 1993 a 1996, a média é de 2,7 milhões. Dessa forma, o volume de empregos criados não é excepcional se comparado a outras retomadas econômicas depois da “grande fratura” de 1974-5.

Ao contrário, mudou uma coisa: a amplitude dos movimentos de destruição e de criação de empregos. De 1979 a 1995, foram destruídos 43 milhões de empregos e criados 70 milhões. A supressão de postos de trabalho atingiu massivamente os postos melhor remunerados, que dispunham de cobertura social (seguro saúde, seguro velhice). Estes empregos estavam nas grandes empresas, como a GM, ATT, IBM ou em bancos e companhias de seguros.

Estas limpezas (*downsizing*) foram

realizadas inclusive em empresas que obtinham lucros muito altos. O resultado é o desenvolvimento de uma insegurança e de uma instabilidade do emprego que despertam o medo e facilitam a repressão contra os sindicatos. O jornal francês *Le Figaro* de 5/8/97 explica que “a lembrança das dolorosas supressões de empregos está muito fresca nas memórias. Em alguns casos, como no distribuidor Woolworth ou International Paper, a limpeza apenas começaram. Neste contexto, apesar do otimismo dominante, os empregados não estão com um ânimo reivindicativo, o que contém as elevações salariais”. Dito de outra maneira, enquanto o desemprego contabilizado diminui, a insegurança do emprego continua grande. O medo provocado dessa forma conduz a que os assalariados e assalariadas não se atrevam a reivindicar para recuperar as perdas de poder de compra registradas desde os anos 70. Um economista de um grande banco afirma: “As remunerações por hora não mudaram. Os empregados continuam inquietos pela segurança de seu trabalho e por isso não reclamam aumentos de salários” (*La Tribune*, 4/8/97).

OS ENCANTOS DO MODELO AMERICANO

Este retrocesso do poder de compra da maioria dos assalariados norte-americanos se explica porque, em uma família, os dois cônjuges devem trabalhar, as vezes somando um emprego em tempo integral e dois em tempo parcial, a fim de ganhar o suficiente para viver e assegurar a educação de seus filhos. Isso justifica a fórmula empregada pelo economista Lawrence Mishel, diretor de investigações do Instituto de Política Econômica (EPI) de Washington: “Uma vez que ambos os cônjuges trabalham em tempo integral e as vezes em dois lugares, não podem já fazer muito trabalho complementar”.

Assiste-se a partir daí um aprofundamento do fosso entre as rendas da maioria assalariada da população e as de uma minoria que possui ações e outros tipos de “produtos financeiros”. De 1992 a 1995, o 1% mais rico dos Estados Unidos viu o valor de seus ativos financeiros aumentar em 75%. Durante esse

mesmo período, o salário horário médio dos homens e mulheres caiu 2%.

Diversos estudos destacam que se criam inúmeros empregos, atualmente, em setores bem remunerados. Sobre o número de empregos gerados nestes últimos anos, é evidente que um certo número deles são bem pagos.

DADOS SEM VALOR EXPLICATIVO

Todavia, as cifras camuflam dois elementos importantes. O primeiro é que quando a imprensa escreve que centenas de milhares de empregos foram criados em setores nos quais o salário médio é elevado, não dão nenhuma indicação sobre o salário de contratação, isto é, o das pessoas contratadas desde 1994. Mas diferentes pesquisas mostram que mais da metade das pessoas contratadas têm um salário inferior ao das pessoas que trabalham na mesma categoria.

O segundo é que quando uma pesquisa afirma, por exemplo, que se criam 800 mil novos empregos no setor financeiro, não dá nenhuma informação para saber se se trata de um agente da bolsa, de uma funcionária da limpeza ou de um diretor. Este tipo de pesquisa lembra a afirmação de Lester Thurow de que “estes dados são provavelmente exatos, mas sem valor explicativo”.

Porém, uma coisa está clara: as grandes empresas de trabalho eventual, como Manpower, contratam cada vez mais pessoas aposentadas. Devem trabalhar... pois sua aposentadoria não lhes permite fazer frente às suas necessidades. A taxa de pessoas que vivem abaixo do “limite de pobreza” é mais elevada que em 1989. O número de pessoas sem seguro saúde é de 41 milhões.

Antes de sucumbir aos encantos do “modelo americano”, seria preferível que as pessoas escutassem a mensagem dos assalariados e assalariadas da companhia de entregas United Parcel Service (UPS) e seu sindicato, vitoriosos após uma longa greve que representou uma virada na história do sindicalismo norte-americano.

ENIGMA E MELANCOLIA DA APOSTA REVOLUCIONÁRIA

Cada novo livro de Daniel Bensaid, depois de alguns anos, constitui uma contribuição a um vasto trabalho de reconstrução da cultura revolucionária e da reflexão marxista, que nos tira dos caminhos conhecidos e oferece uma formidável brisa de ar fresco. Seu último trabalho, *A aposta melancólica – Le pari mélancolique* (Paris: Fayard, 1997, 300 p., 120FF) – é um grito de protesto contra o ar dos tempos, contra o desencantamento morno que assiste os novos fetiches profanos, monetários e mercantis, substituir os velhos ídolos sagrados.

A multiplicidade de referências trabalhadas desnorteia num primeiro momento: Marx, Lenin e Trotsky, mas também Blanqui, Péguy, Hannah Arendt, Walter Benjamin, sem esquecer Pascal, Chateaubriant, Kant, Nietzsche e uma multidão de autores “menores”. Apesar dessa diversidade, aparentemente eclética, o discurso é de uma bela coerência.

DO DESEQUILÍBRIO DO MUNDO

Eu estou longe de partilhar de todos os posicionamentos do autor. Por exemplo, sua admiração pela justiça dos jacobinos; ou pelo leninismo de antes de 1905 (*Que fazer?*), baseado na idéia, bem discutível, que o socialismo é “introduzido de fora” do proletariado; ou ainda pelo “antimoralismo” de Trotsky em *Sua moral e a nossa*, que rejeita como “tímido pseudônimo filosófico de Deus” toda moral “situada acima das classes”. Eu poderia multiplicar os exemplos. Mas como não reconhecer a força e a inteligência do conjunto?

A primeira parte do livro é um diagnóstico lúcido do “desequilíbrio do mundo” que resulta da globalização capitalista. Ele constata, a partir de uma perspectiva ecológica, a discordância explosiva entre o tempo mercantil e o tempo biológico. A regulação mercantil é de curto prazo. Sua lógica deprecia o futuro e ignora os efeitos da irreversibilidade próprios da biosfera. Ela pressupõe uma natureza explorável e dócil. Como escreveu este grande precursor do liberalismo contemporâneo que é Jean-Baptiste Say, “as riquezas naturais são inesgotáveis, porque sem isso não as obteríamos gratuitamente”. Enquanto os ritmos naturais se harmonizam nos séculos ou milênios, a razão econômica capitalista procura ganhos rápidos e lucros imediatos.

A biosfera, destaca Bensaid apoiando-se nos trabalhos de René Passet, possui sua própria racionalidade, irredutível à razão mecânica do mercado. Os valores ecológicos não são conversíveis em valores mercantis e vice-versa.

A globalização é atravessada também de uma outra contradição, não menos perigosa: a racionalidade formal da mundialização capitalista favorece, por toda parte, a irracionalidade dos pânico de identidade, a universalidade abstrata do cosmopolitismo mercantil desencadeia os particularismos e reforça os nacionalismos. Neste universo regido pela lei do lucro, submetido à tirania sem rosto do capital, os muros não são abolidos, eles se deslocam: veja-se

a Europa de Schengen, cercada de torres de vigia.

O internacionalismo de classe permanece a melhor resposta face aos nacionalismos tribais e aos imperialismos. Ele é o herdeiro da universalidade da razão proclamada pela filosofia das luzes e da concepção revolucionária da cidadania – aberta aos estrangeiros – da constituição republicana de 24 de junho de 1793, adotada por uma Convenção onde tinham lugar – mas não por muito tempo! – Anarcharsis Cloots e Thomas Paine. Enfim, a solidariedade com o “outro” se apoia em uma velha antiga tradição que remonta ao Velho Testamento: você não oprimirá o estrangeiro porque vocês foram estrangeiros – e sem-papéis – no país do Egito...

DA PROFECIA NA RESISTÊNCIA

Reencontramos a referência ao Velho Testamento na última parte do livro, “A revolução em seus labirintos”, sem dúvida a mais inovadora e a mais “inspirada” da obra. O profeta bíblico, como já tinha sugerido Max Weber em seu trabalho sobre o judaísmo antigo, não procede por ritos mágicos, mas convida a agir. Contrário à postura de expectativa apocalíptica e aos oráculos de um destino inexorável, a profecia é uma antecipação condicional, que procura conjurar o pior, mantendo aberto o leque de possíveis.

Na origem da profecia, no exílio babilônico, se encontra uma exigência ética forjada na resistência a toda razão de Estado. Esta grande exigência atravessa os séculos: Bernard Lazare, o dreifusiano e socialista libertário era, segundo Péguy, um exemplo de profeta moderno, animado por uma “força de amargura e de desilusão”, um sopro indomável de resistência à autoridade. Aqueles que resistiram aos poderes e às fatalidades, todos estes “príncipes do possível” que são profetas, heréticos, dissidentes e outros insubmissos, sem dúvida frequentemente se enganaram. Mas nem por isso eles deixaram de traçar uma trilha, que salvou o passado oprimido da rude pilhagem dos vencedores.

Segundo Daniel Bensaid, há profecia em toda grande aventura humana, amorosa, estética ou revolucionária. A profecia revolucionária não é uma previsão, mas um projeto, sem nenhuma garantia de vitória. A revolução, não como modelo pré-fabricado, mas como hipótese estratégica, permanece o horizonte ético sem o qual a vontade renuncia, o espírito de resistência capitula, a fidelidade desaparece, a tradição (dos oprimidos) é esquecida. Sem a convicção de que o círculo vicioso do fetichismo e a ronda infernal da mercadoria podem ser quebrados, o fim se perde nos meios, o objetivo no movimento, os princípios na tática.

DA APOSTA NO COMBATE REVOLUCIONÁRIO

A idéia de revolução se opõe ao encaideamento mecânico de uma temporalidade implacável. Refratária ao desdobramento causal dos acontecimentos normais, ela é interrupção. Momento mágico, a revolução remete ao enigma da emancipação, em ruptura com o tempo linear do progresso, esta ideologia de caixa de previdência, tão violentamente denunciada por Péguy, onde cada minuto, cada hora que passa, são pressionados a dar sua pequena contribuição para o crescimento e o aperfeiçoamento.

O tempo e o espaço da estratégia revolucionária se distinguem radicalmente daquele da física newtoniana, “absolutos, verdadeiros, matemáticos”. Trata-se de um tempo heterogêneo, kairótico – isto é, pontuado por momentos propícios e oportunidades a serem capturadas. Mas diante de uma encruzilhada de



possibilidades, a decisão final comporta uma parte irredutível de aposta.

Segue-se daí que o engajamento político revolucionário não está baseado em nenhuma “certeza científica” progressista, mas em uma aposta racional sobre o futuro. Daniel Bensaid se baseia aqui em trabalhos notáveis – hoje frequentemente esquecidos – de Lucien Goldmann sobre Pascal: a aposta é uma esperança que não pode ser demonstrada mas sobre a qual se engaja toda a existência. A aposta é inelutável, em um sentido ou em outro. Como escreveu Pascal, deve-se apostar, somos obrigados. Na religião do deus oculto (Pascal) como na política revolucionária (Marx), a obrigação da aposta define a condição trágica do homem moderno.

Porque, todavia, esta aposta é melancólica? O argumento de Daniel Bensaid é de uma lucidez impressionante: os revolucionários, escreve – Blanqui, Péguy, Benjamin, Trotsky ou Guevara – tem a

DANIEL BENSARD
LANÇA UM NOVO LIVRO
FUNDAMENTAL,
A APOSTA MELANCÓLICA,
DISCUTINDO O CARÁTER
DA POLÍTICA
REVOLUCIONÁRIA

MICHAEL LÖWY

consciência aguda do perigo, o sentimento de recorrência do desastre. Sua melancolia é a da derrota, uma derrota “inúmeras vezes recomeçada” (Péguy). Benjamin presta homenagem, em uma carta da juventude, à grandeza da “fantástica melancolia controlada” de Péguy. Esta melancolia revolucionária do inacessível, sem resignação nem renúncia, distingue-se radicalmente, segundo Bensaid, da aflição impotente do inelutável e das lamentações pós-modernas sobre a falta de finalidade, com sua estetização de um mundo desencantado.

Nada é mais estranho ao revolucionário melancólico do que a fé paralisante em um progresso necessário, em um futuro garantido. Pessimista, ele recusa a capitular, a ceder diante da derrota. Sua utopia é a do princípio da resistência à catástrofe provável.

Graças a esta última parte, o livro de Daniel Bensaid torna-se muito mais do que um comentário inteligente da atualidade ou um diagnóstico crítico da crise: com sua aposta melancólica, ele nos brinda com um olhar novo sobre a esperança, um olhar que nos ajuda a restabelecer a circulação entre a memória do passado e a abertura do futuro. Sem otimismo beato, sem ilusão sobre os “amanhãs que cantam”, sem nenhuma confiança nas “leis da história”, ele afirma a necessidade, a urgência, a atualidade da aposta revolucionária.

MICHAEL LÖWY, É PESQUISADOR JUNTO AO CNRS (PARIS, FRANÇA)



HISTÓRIAS CARINHOSAS SOBRE O POVO E A BOLA

Falar sobre o filme *Boleiros*, era uma vez o futebol... dá um imenso prazer. Não porque seja o filme da nossa vida, mas porque é tão cheio de vida, de simplicidade e de carinho por aqueles que ele mostra. O diretor, Ugo Giorgetti, tem nas costas outros belos filmes, tratando todos eles, de uma forma ou de outra, dos prazeres do povo, do cotidiano sofrido e da exclusão

social. Tudo isso com uma imensa ternura pelas personagens, que não é nada mais do que uma imensa ternura pelo povo. Povo mesmo, esse conceito mal definido, meio atravessado na garganta, povo que gosta de boxe (como no seu primeiro longa, *Quebrando a cara*, sobre Éder Jofre); povo que não é convidado para a *Festa* (outro filme, de 1988); povo migrante (os

italianos ou os nordestinos de São Paulo em *Jogo duro*, 1985); povo-povo: zelador bêbado, pagodeiros, papa-defuntos, criança de rua (*Sábado*, 1995); povo apaixonado por futebol, como neste último filme, que eu espero ainda estar em cartaz quando este jornal circular.

Giorgetti filma a casa, a sua casa, onde ele se sente bem, e daí consegue falar do mundo. Em *Boleiros* as histórias se passam em São Paulo, onde ele nasceu. Num bar, velhos e novos amigos conversam sobre futebol, e sobre a vida. E as histórias mostradas surgem das memórias. Que estranho filme nostálgico, este *Boleiros*, banhado pelo bom humor (bom humor do nosso povo), mas também pela melancolia. Os tipos vão aparecendo, com simplicidade, mas nunca esquemáticos ou folclóricos: o juiz corrupto, mas corrupto porque existe o mafioso local que paga o suborno ou ameaça de morte; o craque em ascensão que engana a mulher, e é humilhado pela polícia racista durante uma batida noturna; o pai-de-santo meio enganador, mas que – parece – resolve o problema; o porteiro de elevador, ex-craque que perdeu fama e dinheiro, mas não a dignidade; os torcedores fanáticos, grosseiros, mas de coração grande. E por aí vai, com carinho e amargura, Giorgetti conta o povo e as histórias do povo.

No elenco, muito consistente, Flávio Migiaccio nos emociona

profundamente, quando sua personagem, quase no final do filme, faz um balanço da decadência e do ostracismo em que vive. Reflexão que também vale para os velhos atores (e nem tão velhos assim), abandonados tão rapidamente quanto aquele craque que teve que pôr à venda seus troféus e medalhas. E não conseguiu comprador. Mas os amigos estão lá, a solidariedade ainda existe (esse é um filme que respira solidariedade). E nessa hora é como se o diretor entrasse em cena, amparando o companheiro, consolando o amigo que é obrigado a viver num país tão bonito, mas tão absurdamente injusto.

Se o prazer é enorme ao assistir esse filme, nem por isso ele esconde alguns dos seus defeitos. Uma conversa um pouco forçada, um plano menos bem-sucedido, uma piada que não dá muito certo (André Abujamra e Marisa Orth ficam devendo). E daí? Que filmes com estes defeitos sejam produzidos às centenas, desde que humanos, honestos e sensíveis como este *Boleiros*.

Trabalho doado, feito com generosidade. Eu espero não estar carregando nos adjetivos – e podem ficar tranquilos que eu não tenho participação nos lucros –, mas é que a crítica, como dizia Truffaut, e antes dele Baudelaire, só é boa quando apaixonada.

Fernando Kinas



Marcos e os zapatistas

Subcomandante Marcos e o Exército Zapatista de Libertação Nacional. A revolução invencível. Cartas e comunicados. Organização e introdução de Massimo Di Felice e Cristobal Muñoz. Prefácio de Dom Pedro Casaldáliga. São Paulo: Boitempo, 1998.

Um livro indispensável para entender a América Latina de hoje: o registro do que de mais importante foi escrito pelo Subcomandante Marcos e dos comunicados centrais do EZLN. A obra é organizada por ordem cronológica: seis cartas e comunicados de 1994, quatorze do ano seguinte, mais dez de 1996, dois textos do ano passado (inclusive "A quarta guerra mundial já começou", comentado por Daniel Bensaid e Rossana Rossanda na edição passada

do *Em Tempo*) e "A história dos outros", texto recentíssimo, de janeiro deste ano. Entre os textos coletivos do EZLN constam a Primeira e a Quarta Declarações da Selva Lacandona e A Segunda Declaração de La Realidad. A obra, muito cuidada no seu aspecto visual, é ilustrada por belas fotografias do povo de Chiapas e dos zapatistas e encerrada por uma cronologia.

POLÍTICA COMO INSTAURAÇÃO DA LIBERDADE

Hanna Arendt. O que é a política. Fragmentos das obras póstumas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

Ao lado de obras como *Origens do totalitarismo* e *Sobre a revolução*, a filósofa judia-alemã-americana trabalhou por muito tempo para elaborar um texto sintético sobre sua

concepção de política. Pressionada por outros projetos e enfrentando dificuldades para sua conclusão, ela desistiu dele, mas deixou vários capítulos e partes escritas, agora compiladas com um aparato crítico pela socióloga alemã Ursula Ludz. Uma das mais importantes pensadoras de nosso século, Arendt tem sua obra disputada por diferentes correntes de pensamento. Mas não há como negar a força com que colocou sua concepção: para ela "o sentido da política é a liberdade", a possibilidade recorrente na história humana de instaurar a sociedade sob novas bases.

Origens do Brasil Moderno

Helena Carvalho de Lorenzo e Wilma Peres da Costa (org.). A década de 20 e as origens do Brasil moderno. São Paulo: Editora Unesp, 1997.

Publicação de textos apresentados

em um seminário da Unesp de Araraquara em 1995. Os doze artigos estão agrupados em torno de quatro eixos: a crise da república velha e os conflitos políticos; a renovação do pensamento político; inovações técnicas, urbanização e produção cultural; e indústria e política econômica nos anos 20 (a parte mais fraca do livro). De conjunto, uma contribuição importante para compreendermos aspectos-chaves da formação nacional no Brasil.

HISTÓRIA MARXISTA

Eric Hobsbawm. Sobre história. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

Coletânea de 22 ensaios do historiador inglês sobre os mais diversos aspectos da historiografia contemporânea. Seu eixo é a relevância do marxismo para o

ENCONTRO DOS 150 ANOS DO MANIFESTO COMUNISTA

O encontro organizado em Paris, de 13 a 16 de maio, pelo Espaces Marx, comemorando o sesquicentenário do *Manifesto*, superou amplamente seus objetivos iniciais. Ele reuniu cerca de mil e quinhentos participantes (pesquisadores, sindicalistas, ativistas sociais, militantes e dirigentes políticos) de sessenta países de todos os continentes. Esta notável participação internacional pode ser ilustrada pela presença de importantes delegações da Índia, Japão, Estados Unidos, Israel, de personalidades significativas do Egito, Argentina, México, Maghreb, África, Austrália, Líbano, Rússia, Cuba e, naturalmente, de numerosos países europeus. Com 80 participantes, entre eles o presidente da CUT, dirigentes do PT e animadores do MST, o Brasil forneceu a delegação mais importante e também a mais dinâmica.

As 32 oficinas, 8 sessões plenárias e duas sessões de abertura (presidida por Francette Lazare) e de encerramento (presidida por Patrice Cohen-Séat – presidente do Espaces Marx – e Michael Löwy) permitiram intercâmbios entre personalidades tão distintas como o historiador inglês Eric Hobsbawm, o responsável de relações internacionais do PT, Marco Aurélio Garcia, os sindicalistas brasileiros e srilankeses Vicentinho e Bala Tampoe, os responsáveis de revistas norte-americanas James Petras, Léo Panitch e Bogdan Denitch, os economistas Samir Amin e Makoto Itoh, o teólogo da libertação Enrique Dussel, a feminista alemã Frigga Haug, as jornalistas e parlamentares italianas Rossana Rossanda e Luciana Castellina, e muitos outros...

Antes mesmo do encontro, mais de 300 contribuições do mundo todo tinham chegado e sido publicadas em 10 volumes. Elas testemunham a diversidade e a vitalidade da pesquisa a partir da herança marxista sobre os temas das classes sociais, da mundialização, das metamorfoses do trabalho, da opressão das mulheres, da questão nacional, da democracia, das formas de propriedade. Estes textos já estão acessíveis no site da internet do Espaces Marx – <http://www.internatif.org/EspMarx> – e serão publicados em setembro em quatro idiomas pelas Editions de l'Atelier. O jornal *l'Humanité* editou para o encontro um número especial gratuito contendo cerca de vinte contribuições dos membros do coletivo organizador do evento.

O sucesso dessa iniciativa está diretamente ligado à sua própria concepção. Encontramos uma fórmula distinta tanto do colóquio comemorativo acadêmico como do congresso político, que permitiu um encontro de reflexão e troca de experiências. O coletivo animador reunido pelo Espaces Marx e pelas parcerias estabelecidas com diversas revistas ou coletivos nacionais foi uma garantia de pluralismo. O encontro constitui um evento revelador. Provavelmente jamais, fora das conferências organizadas pelos Estados ou instituições internacionais dispondo de grandes recursos, foi realizada uma reunião tão ampla e representativa das correntes de pensamento do movimento operário internacional. O esforço consciente de numerosas delegações para participar testemunha uma necessidade de conhecimento, de troca, de vínculos, que corresponde aos próprios efeitos da mundialização. Esta necessidade se exprime hoje pelo estabelecimento de uma rede de práticas militantes e ideológicas cuja diversidade evoca os primórdios do movimento operário.

Trata-se agora de propor atividades internacionais e continentais, encontros e publicações, que possam desenvolver tal rede, assim como as iniciativas de alcance internacional que sejam suscetíveis de a amplificar.

Daniel Bensaid

Mario Cravo Neto Cristiano Mascaro
João Urban Renata Castello Branco
Pedro Martinelli Nair Benedicto
Chico Albuquerque Luiz Braga
Marcelo Scavone Maureen Bisilliat
Walter Firmo Sebastião Salgado
Claudio Edinger Thomaz Farkas
Elza Lima Luiz Carlos Felizardo
Cláudia Jaguaribe Carlos Moreira

IMAGENS DA FOTOGRAFIA BRASILEIRA

Simonetta Persichetti

Olympio Editora



brasileira, de Simonetta Persichetti (da Editora Estação Liberdade). Mais do que imagens, temos um panorama bastante completo da fotografia brasileira. 18 fotografos, dentre os mais importantes do país, são entrevistados por Simonetta sobre seu trabalho. Entre eles Mario Cravo, Nair Benedicto, Sebastião Salgado, Walter Firmo, Maureen Bisilliat, Cláudia Jaguaribe e Thomaz Farkas. Cada texto é ilustrado por quatro fotos preto e branco entre os melhores trabalhos de cada entrevistado.

E não poderia faltar o registro de um importante trabalho iconográfico, ainda mais neste ano de centenário de Brecht, *A Berlim de Bertolt Brecht*: um álbum dos anos 20, de Wolf von Eckardt e Sander Gilman (José

Olympio Editora). São quase duzentas páginas que exploram as diferentes dimensões da República de Weimar; começando com um capítulo sobre a revolução de 1918-19, passando pela inflação, o submundo, os intelectuais, o teatro, o cinema, a arquitetura, os esporte, a juventude e o colapso, entre outros temas. Embora privilegie os aspectos culturais, procura também responder, com imagens e depoimentos, à questão de como foi possível a Hitler chegar ao poder. Mas Brecht e as vanguardas artísticas estão no centro da reconstrução que os autores empreendem da Berlim dos anos 20.

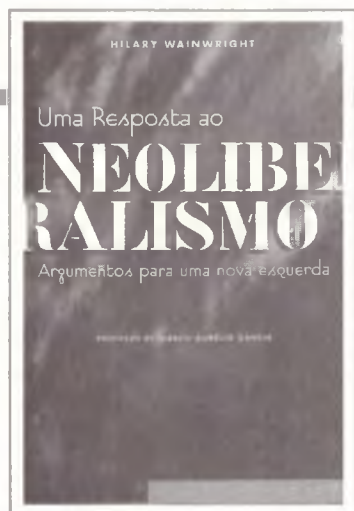
José Corrêa Leite



ICONOGRAFIAS

O segundo número especial da revista *Caros amigos* intitulada *O muro americano*, uma reportagem de Carlos Azevedo sobre os 3.140 quilômetros da fronteira México-Estados Unidos, é ricamente ilustrado com fotos de Sebastião Salgado, que percorreu o mesmo trajeto. Salgado, tendo concluído seu projeto "Trabalhadores", está desde 1993 registrando o movimento das populações pelo mundo, tendo para isso já visitado 35 países. Seu trabalho sobre o "muro americano" é imperdível. Acompanhado da interessante matéria de Azevedo, é acessível por apenas R\$ 4,00.

Já que falamos de fotografia vale o destaque para *Imagens da fotografia*



apresenta, através de um debate sobre o poder democrático, a obra de Toni Negri ao leitor brasileiro; Maria Gabriela Hita analisa o corte de gênero do sujeito em Habermas e Luhmann; dois artigos discutem aspectos da obra política de Gramsci; outros a questão da auto-formação e da esfera pública no pensamento político alemão e a relação entre mídia e política no Brasil; e ainda, um pouco deslocado mas nem por isso menos interessante, texto de Robert Castel sobre Tristão e Isolda.

Conhecimento, democracia e poder popular

Hilary Wainwright. Uma resposta ao neoliberalismo. Argumentos para uma nova esquerda. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

A teórica marxista da esquerda trabalhista inglesa produziu um trabalho original a partir da confrontação com os argumentos de Hayek sobre o caráter do conhecimento prático (que para o mais importante teórico neoliberal era individual e fundamentava sua defesa do mercado como melhor mecanismo de organização da sociedade). Wainwright vai, partindo do caráter social do conhecimento prático, discutir sua importância para a compreensão e criação do poder de transformação democrática.

estudo da história e a defesa da objetividade do conhecimento face às críticas do relativismo pós-moderno. Três tipos de preocupações estão presentes, como destaca o próprio autor: a questão dos usos e abusos da história (também tema de uma importante obra de outro historiador marxista, Moses Finley); a relação da história com outras disciplinas acadêmicas; e o tratamento de problemas centrais da interpretação histórica no século XX.

Adornos

Rodrigo Duarte. Adornos: nove ensaios sobre o filósofo frankfurtiano. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1997.

O filósofo mineiro, autor de um livro sobre Marx e a natureza em "O Capital" (ed. Loyola), nos traz agora uma coletânea de ensaios sobre Theodor Adorno (sobre quem também foi publicada recentemente uma obra de

Fredric Jameson). Eles tratam da reflexão estética, mas também da obra mais diretamente política do teórico da Escola de Frankfurt. Eles tratam, entre outros aspectos, da modernidade e do sujeito na *Dialética do esclarecimento*; de Adorno como marxista; da questão da fundamentação da filosofia; e do problema do particular em *Minima moralia*.

SUJEITO E OBJETO

Lua nova. Revista de cultura e política. n. 43, 1998

O último número da revista do Cedec está organizado a partir do título de sujeito e objeto. Mas trata, fundamentalmente, da política marxista. Entre os destaques, Gabriel Cohn comenta o esclarecimento e a ofuscação cinquenta anos depois de *Dialética do esclarecimento*; Carlos Nelson Coutinho debate a questão da vontade geral em Hegel; Michael Löwy discute Marx e Engels como sociólogos da religião; Aida Quintar

UM SENADO VIRTUAL GOVERNA O MUNDO

O ISOLAMENTO TECNOCRÁTICO E UM SENADO VIRTUAL DO CAPITAL GLOBAL ESTÃO ANULANDO OS AVANÇOS REAIS DA DEMOCRACIA. MAS SINAIS DE RESISTÊNCIA EMERGEM PELO DO MUNDO

ENTREVISTA COM NOAM CHOMSKY



Que significa isolamento tecnocrático?

É um conceito do Banco Mundial. Quer dizer que a tomada de decisões se mantém separada do âmbito público. As pessoas podem acreditar que estão fazendo alguma coisa que vale a pena, enquanto as decisões políticas são tomadas à margem delas. É uma forma de controle exterior sobre as democracias formais.

A liberalização financeira, um fenômeno internacional, criou o que poderia chamar de um Senado virtual. Isto supõe que os investidores, ou seja, os especuladores financeiros, quando operam através dos mercados financeiros, se convertem em um Senado virtual. O funcionamento desta legislatura, estranha ao processo democrático, limita as decisões de um país. Se um país, inclusive os Estados Unidos, decide estimular sua economia, implantar mais sistemas de apoio social, etc., o Senado virtual pode votar instantaneamente, tirando enormes quantidades de capital deste país. Se é um país pequeno, por exemplo, o México, temos um colapso. Se é os Estados Unidos, tem problemas. Assim, o Senado virtual e a liberalização financeira disciplinam os governos e asseguram que não possam fazer muito.

Mas a democracia formal é algo bom porque abre espaço para que o povo possa exercer certa influência. Um exemplo nesta direção seria a derrota da iniciativa legislativa norte-americana da via rápida para negociar a expansão do livre comércio (*fast track*). Neste caso, o espaço formal foi utilizado positivamente por setores sociais. Para a elite governante, o Grupo dos 7, as empresas multinacionais ou as instituições financeiras internacionais, o objetivo é aumentar a democracia formal mas reduzir o alcance da tomada de decisões políticas na arena pública. Este controle...

Refere-se ao controle mediante o Senado virtual e o isolamento tecnocrático?

Exato. É outra forma de minimizar o Estado e contrair o espaço público. E se é possível transladar as decisões para o que se chama o mercado, e que não é senão o capital concentrado, então não há perigo em se ter uma democracia formal, que inclusive pode se converter em um mecanismo para controlar as pessoas. Para a empresa privada internacional, a redução da corrupção governamental também é útil, já que custa dinheiro, interfere com seus lu-



ros, etc. Mas a corrupção empresarial é outro assunto.

Nos últimos 20-25 anos ocorreu uma mudança radical na distribuição do poder entre os trabalhadores e o capital a nível mundial: o poder foi trasladado para as mãos do capital e seus administradores de muitas maneiras... E quando isso tem lugar, não se necessitam nem se desejam regimes militares. O que os poderosos querem é a democracia formal. Mas há outro fator que diminui a resistência popular a tudo isso e que limita o debate político apenas à democracia formal, especialmente na América Latina. Refiro-me à cultura do terror. O legado do terror de Estado nos últimos anos, através do continente, domou muitas aspirações. O terror foi muito bem sucedido; as pessoas simplesmente têm medo. No fim das contas, a América Latina recebeu uma boa dose de terror nos últimos 30 anos. E não só a América Latina (ou na África). O terror teve um efeito disciplinar inclusive nos Estados Unidos, onde as sequelas do macartismo ainda são visíveis.

Mas surgiram novas ondas de resistência pelo mundo. Isso abarca desde o ressurgimento do movimento trabalhista nos Estados Unidos até a mobilização dos Sem Terra no Brasil, passando pelos camponeses da América Central ou as resistências na África do Sul e no Haiti. Há movimentos populares por toda parte e é isso que provoca problemas para as elites. A democracia formal pode ser um método de controle social e é muito menos perigosa quando, além disso, se tem o isolamento tecnocrático e o Senado virtual. Mas não é fácil controlar as pessoas; toda a história moderna foi escrita com base nas tentativas de controle e das pessoas que se opõem a ele.

Mas o Acordo Multilateral de Investimentos (AMI) tornará impossível, se aprovado, que se imponha qualquer con-

dição sobre as decisões dos donos do capital.

O AMI diz que todos os que desejam fazer investimentos, podem fazê-lo sem nenhuma interferência. Eles não podem ter nenhuma barreira, sejam direitos humanos, trabalhistas ou ambientais. Nada. Originalmente se pensava que poderia ser aprovado em maio de 1997, mas surgiu uma oposição substancial por parte das organizações sociais assim como de alguns países do Terceiro Mundo. Na OMC, a Malásia e a Índia o bloquearam. Mas, repito, o AMI foi redigido para proibir ou limitar a imposição de condições sobre os investimentos internacionais ou o capital financeiro por governos nacionais. Enquanto o TLC e o GATT foram estabelecidos, supostamente, para liberalizar o fluxo de bens e serviços a nível internacional, o novo AMI enfoca exclusivamente a liberalização do fluxo de capitais.

Os governos já não poderiam obrigar os investidores internacionais a comprar componentes de produção dentro do país (em vez de importá-los), não poderiam obrigar a transferência de tecnologia, não poderiam limitar a mobilidade internacional do capital ou a remessa de lucros. O AMI também estabelece um novo tribunal internacional onde as empresas e os investidores transnacionais poderiam processar legalmente governos locais que tentam impor algumas restrições que condicionam o livre movimento do capital.

Você nos disse que o AMI era o que estava por trás do debate sobre a ampliação do *fast track*.

De fato, o AMI é o prioritário para as grandes potências e o setor privado multinacional; é muito mais importante que a negociação para ampliar o TLC para outros países. Por isso digo que o tema real que está por trás do debate sobre o *fast track* não

foi a incorporação do Chile ao TLC. Foi o Acordo Multilateral de Investimentos.

Ele foi mantido totalmente fora do debate público. A cúpula política e empresarial dos Estados Unidos fez isso deliberadamente, já que sabem que seria uma política pouco popular. De fato, toda a retórica sobre o livre comércio é uma ficção. Os últimos 25 anos não foram um período de liberalização comercial... O TLC é interpretado pelos promotores reais do livre comércio como um acordo protecionista. E estou seguro que o é. Todas as cláusulas sobre regras de origem e sobre os direitos intelectuais são medidas altamente protecionistas. Portanto, este período foi, para os Estados Unidos, mais o de uma liberalização financeira, ao lado de restrições comerciais.

Você poderia ser mais preciso?

O governo norte-americano, começando com a administração pró livre comércio de Ronald Reagan, é altamente protecionista e intervém radicalmente nos mercados e isso é o que se denomina como o assalto permanente sobre o livre comércio dos últimos anos. Enquanto isso, deu-se uma liberalização financeira. Então, com este enorme crescimento do capital financeiro temos uma enorme influência deles sobre os governos. Em parte, isto é o que impulsiona os novos acordos como o AMI.

Todavia, o problema para a liderança política e para os donos do capital multinacional que estão promovendo o novo acordo é que o público sempre suspeitou deste tipo de acordos. Se as pessoas soubessem o que os ricos e poderosos estão planejando para elas, não gostariam nem um pouco. Essas coisas não são acordos comerciais, são acordos sobre os direitos dos investidores.

No fim das contas, a verdadeira razão pela qual a cúpula empresarial e política está tão comprometida com a aprovação do *fast track*, que dá ao presidente autoridade para negociar acordos comerciais, é que necessitam que o presidente tenha autoridade para negociar o AMI. Não esqueçam que o AMI será muito menos popular que o TLC. Assim, a única maneira pela qual ele poderá ser aprovado é mediante um processo de *fast track* que limite o debate dentro do Congresso e ante o público estadunidense.

Mas até agora o Congresso negou a Bill Clinton a autoridade para ampliar as negociações sobre livre comércio.

Nos Estados Unidos tudo está vivo. Creio que este é um dos países com maior dissidência em todo o mundo. O que vocês mencionam é só outro sinal de que está se desenvolvendo um crescente movimento de oposição ao poder do capital global. As pessoas percebem que as está enganando.

Apesar de tudo, está surgindo uma resistência, localizada e atomizada se querem, mas que existe por toda parte. Um dos sinais recentes mais esperançosos do potencial que há para uma nova manifestação de rebelião nos Estados Unidos, é o ressurgimento do movimento trabalhista organizado. Historicamente o movimento dos trabalhadores foi uma, senão a principal, força que impulsiona a democratização, o que permite às pessoas comuns assumirem um papel nos assuntos públicos. Ele ofereceu um pólo de organização e educação para a política independente e as mobilizações sociais.

NOAM CHOMSKY É LINGUISTA E PROFESSOR DO MIT, NOS ESTADOS UNIDOS. ESTA ENTREVISTA FOI REALIZADA POR JIM CASON E DAVID BROOKS, DA MASIOSARE

EM TEMPO

PUBLICAÇÃO DE CARÁTER INTERNO AO PT DISTRIBUÍDA ÚNICAMENTE E EXCLUSIVAMENTE AOS SEUS FILIADOS